

Rua, falas e imaginários

Travesti, Invenção do Feminino.

SILVA, Hélio R. S.

Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER, 1993.

Travesti, Invenção do Feminino é um livro bom de ler e bom de pensar. Pode ser lido gostosamente como um romance, em um fim de semana. E pode ser lido como uma tese de Antropologia. *Travesti* foi um dos melhores livros que lemos em 93, e a segunda edição que já está no prelo - com uma capa mais bonita, garante o editor - mostra que muitos concordam com isso. Não por acaso. O livro empolga pela vitalidade com que afirma a liberdade de gênero, ou seja, a dese "escolher com que corpo se quer ir à festa a que a sociedade nos convidou"

O cenário é carioca, urbano, noturno principalmente - embora o livro se divida em três partes (noite, manhã e tarde). A Lapa está ali, vista pelo autor, pelos personagens e por outros moradores, os que escrevem na *Gazeta da Lapa*. Relata-se a vida dos travestis e se busca na cadência dos seus saltos altos no asfalto, no vai-e-vem do *trottoir*, nas fugas, no medo, no humor, na voz matinal ao telefone, o segredo da invenção do feminino.

Travesti tornou-se um dos raros exemplos no Brasil de uma etnografia densa, subjetiva, plurivocal, dialógica etc, e nesse sentido o livro tem sido merecidamente citado por antropólogos, tornando-se uma espécie de *cult*. Mas que o leitor não tema: não há no livro o ranço de teorias grandiloquentes sobre Antropologia ou gênero. A teoria está submersa entre as frases, por detrás, não existe enquanto coisa separada da ação dos personagens que vão surgindo sem serem apresentados. As cenas se sucedem, os entre-títulos quebrando a narrativa, separando um *take* de outro, fazendo as vezes de claquete. Hélio R. S. Silva trabalha com mini-conceitos, usando o que Geertz chama de "conceitos próximos da experiência": nesse livro, amor é amor e não *cathesis* do objeto, medo é medo e não fobia ou ego *disyntonico*¹. Etnógrafo de poros abertos, Silva está muito distante do modelo clássico da voz autorai "em *off*" tipo tudo sei/tudo vi.

Hélio Silva esclarece sua opção pela etnografia: "como um médium recebo (as histórias) dessas entidades da rua, que me ultrapassam". Seus interlocutores, os travestis, têm nome, rosto, voz. Lucrécia, Regina, Leila - que se diz mãe -, Chana que se diz "signora" e é tratada pelo autor como se "signora" fosse. As personagens são geralmente referidas por "ela", raras vezes por "ele", o gênero mudando no meio da frase sem que o autor hesite ("Viena .. chega irritada, queixando-se dos pais.... Demonstra-se envolvidíssimo com a separação" - p. 51). São "elas", mas nem por isso Hélio Silva deixa de comparar o travesti ao toureiro, com sua "coragem viril". Como ele mesmo diz, "a tão decantada capacidade de discernir uma mulher de um travesti não é tão conclusiva assim" (p. 53). É um vai-e-vem provocador, e talvez central à questão que emerge do livro: afinal, qual o gênero do/da travesti? Para Silva, a resposta lúcida a essa questão está na **transcodificação**: a afirmação feita pela vida do travesti é a de "uma mutação radical, de que tudo se pode ser" (p. 127).

Silva tem a humildade de registrar alguns de seus passos em falso, como nesse trecho: "Leva (Chana) consigo uma escova grande, dessas que ornaram toucadores 'femininos'. Estranho o exagero: não se trata de uma escova portátil. Início de pesquisa, vejo preconceitualmente no objeto um índice daquele propalado exagero, ênfase que caracterizaria o homossexual efeminado. Engano meu. A escova tem um fundo falso, onde ela coloca vários 'papelotes' de cocaína para seus clientes" (p. 69).

Em outra passagem, admite que mentiu para poupar a interlocutora-informante: "... 'Vocês têm filhos?' A pergunta me desarmou. Fiquei sem graça e achei que uma resposta afirmativa tornaria toda a conversa seguinte extremamente difícil. Maura era castrada. Jamais poderia ter filhos. Disse que não" (p. 43/44).

¹ Sobre conceitos 'próximos da experiência' e 'distantes da experiência' remeto ao texto "Du point de vue de l'indigène sur la nature de la compréhension anthropologique". GEERTZ, Clifford *Savoir Local, Savoir Global*. Paris PUF, 1986.

Tampouco está em busca de verdades: Poliane nunca esteve na Itália, não morreu como se anuncia no texto. O livro ecoa ruínas, falas e imaginários.

O que mais nos atrai na escrita de *Travesti* é essa tensão entre o texto acadêmico e o texto literário. O livro passeia por esses dois modos, mistura-os, não permitindo ao leitor se sentir no terreno seguro de uma classificação convencional. O autor faz literatura ao nos contar uma história, a dos seus encontros com os travestis da Lapa, as histórias que elas lhe contaram. Mas não deixa de fazer tese, num exercício difícil e por isso mesmo fascinante. Mesmo Umberto Eco², que evidentemente não embarca na distinção entre “escrita criativa” e “escrita não-criativa” para entender a diferença entre um Shakespeare e um Kant, acaba por identificar dois momentos diferentes na escrita. Chama de **A** o primeiro momento, quando se deseja resolver um problema, desmanchar um nó. E para isto tenta-se obter uma clareza máxima no texto. “Depois do que”, diz, “se passa a vida defendendo nossas conclusões e a explicar: é isso o que exatamente eu quis dizer. E se alguém nos interpreta mal, dizemos: você não compreendeu nada”. Eco chama o segundo momento de **B**, quando os escritores estão preocupados apenas em colocar em cena uma contradição e, em relação ao leitor, se recusam a tomar um partido. “Shakespeare poderia dizer: coloquei em cena o drama de Hamlet, seus problemas. Não me peçam para dizer se ele tem razão ou se está errado. Eu vos contei esta história, vocês é que têm que tirar as conclusões”. Hélio Silva consegue transitar entre A e B realizando o que o antropólogo americano Taussing propõe para um texto antropológico, que seja escrito de modo a “desvendar sem retirar do véu seu poder alucinatório”.

Por isso, *Travesti* requer um leitor atento para ser saboreado em suas muitas camadas. Nem tudo está fechado, explicado, digerido. Uma mesma informação é repetida, a mesma cena recontada, como se o computador desavisado tivesse inserido a frase em lugares diferentes do livro, como se um pensamento se tornasse obsessivo ao autor. “Poliane vai morrer”. Noutras, a frase aparece solta, sem a aritmética fechada da escrita dita científica, abrindo possibilidades de mil interpretações. Há frases enigmáticas (“os tjuucanos são inúmeros entre os seus clientes” - p. 58). Temos cenas, *drops* do cotidia-

no, narradas como contos breves - uma última frase que surpreende o leitor. Há momentos poéticos muito bons (“Lucrécia chorava no meu colo. Pensei em uma filha e me quedei a fazer cafuné em sua cabeça e a me perguntar o que era falso e o que era verdadeiro naquela vida.”).

Outras vezes, a desarticulação provoca um desconforto, talvez previsto, talvez sintoma do muito que ainda há a desenvolver em possibilidades narrativas nesse campo. Até que ponto, por exemplo, a mera transposição do suporte teórico-metodológico para o final do livro supera a opção convencional de colocá-lo no início? Silva mostra todas as condições de entrelaçar teoria e etnografia, subvertendo a dicotomia mecânica que as separa.

Surpreende o tom empolado de trechos como o relato de uma descrição da Lapa feita pelo travesti Viena. “Os nomes reverberam imantados de sua própria legenda. Parecem assim quase palavras sagradas a evocar sacrossantas e imateriais entidades culturais, marcos de uma Idade de Ouro” (p. 22)

Mas se lemos mais um pouco se vê que ele está falando do “contágio simbólico” entre os moradores da Lapa e a decadência do bairro. O tom grandiloquente, aí, pode ser ele mesmo exemplo do tal contágio da palavra com o que ela procura dizer. Devemos reconhecer que, outras vezes, o estilo apenas frunça o acesso a um público mais amplo, “que conhece o tema apenas das manchetes sensacionalistas e machistas” (como diz o autor). Silva diz na Introdução: quero compartilhar a minha convivência com os travestis da Lapa. Ele realmente compartilha coisas que viu e ouviu. Mas a narrativa seria ainda mais rica se nos mostrasse mais do Hélio, especialmente na relação com os travestis. Enquanto a presença destes é tão detalhada, tão íntima, fica faltando o Hélio na narrativa. O que ele dizia nas conversas? Será realmente possível (e desejável) a posição de “médium”, de um canal vazio? O texto cresce quando ele - aquele que vê - se deixa ver.

O olhar de Hélio Silva é o de um homem; em muitos trechos isso aparece, como no relato que inicia e que encerra o livro, o de uma sessão de depilação, narrada como um rito de auto-tortura, momento síntese do ser-travesti, em que o “homem natural (sic).. é policiado milimetricamente, como um jardineiro combate urtigas, capim, pragas e toda a variedade de formas vegetais e animais que a natureza deixa aflorar e se estender irregularmente sobre o jardim” (p. 134), momento de “invenção do feminino”, como o título do livro anuncia. Menor seria a surpresa

² De *L'Ouvre Ouverte au Pendule de Foucault*. BROCHIER, Jean-Jacques e FUSCO, Mario *Magazine Littéraire* 262, fevereiro 1989, p. 18-27

de uma mulher que observasse a depilação, ela também uma hóspede provável dessas visitas mensais à cera quente.

O que se poderia questionar no livro é a idéia de uma "natureza feminina e masculina" - não que isso esteja, repetimos, explícito. Mas muitos trechos passam a visão de um "feminino" arcaico, que incomoda. Para um livro que já no título se refere à possibilidade do feminino como invenção, há alguns escorregões em definições estereotipadas do que seja feminino: "(O travesti) tem do toureiro a coragem viril e intemorata, associada a delicadas e femininas preocupações com a aparência e o vestuário" (p. 37); "Tudo tão placidamente feminino, tão frívolo" (p. 41). Ou, ainda: "... o feminino é mais **feminino** que o feminino porque o primeiro é uma minuciosa e permanente (segundo a segundo) construção consciente, enquanto o feminino se produz natural e inconscientemente" (p. 134).

Aí a polêmica: Onde estaria na natureza a fonte desse feminino "natural"? Como conceber o feminino (ou o masculino) desentranhado da cultura?

Silva não incorre, porém, no erro de congelar os travestis numa identidade fixada para sempre. Os travestis mudam, hoje já não

correspondem "à imagem daquele travesti dos gritinhos e dos gestos descoordenados", já buscam "contenção e simplicidade", um vestuário mais prático (p. 38). Também muda o olhar da sociedade sobre eles: o livro sugere até uma possível seqüência, um estudo das *drag-queens*, dos que desfilam na MTV sem que sejam anunciados como bichos exóticos como sempre fizeram programas como o do Bolinha e da Silvia Santos. Hoje, a transitividade do travesti é apenas outra entre as tantas que o vídeo mostra, ao lado de DJs mal comportados, *punks*, *heavy-metals*.

Para além de todos os méritos de construção etnográfica e de escritura, é central em *Travesti* a afirmação do direito à liberdade de gênero. Além de escrever um livro pioneiro no tema, Hélio Silva, através dele, tira os travestis tanto do gueto quanto da vitrine e corajosamente se coloca ao seu lado, ao lado de quem, como ele diz, "se expõe, com tanto arrojo, a enfrentar todos os preconceitos e a passar todas as humilhações em nome da fidelidade a si mesmo, que é o que eles dizem explicitamente" (p. 99).

Etnógrafos a campo, a lição de escrita está dada.

CARMEN RIAL ■
GILKA GIRARDELLO ■

Riscados e fios soltos

Tessitura de Destinos.

Mulher e educação -
São Paulo: EDUC, 1993.

REIS, Maria Cândida Delgado.

São Paulo: EDUC, 1993.

Certamente os processos educativos, as propostas pedagógicas, as práticas disciplinadoras de homens e mulheres, em sua construção histórica e social, constituem um território fértil para problematização e questionamento. Curiosamente, no entanto, esse território parece ainda seduzir poucos estudiosos. Esse não é o caso, porém, de Maria Cândida Reis, historiadora, professora e militante feminista, que elege a educação de mulheres nas primeiras décadas deste século para objeto de sua investigação. Como nenhuma escolha é gratuita, seguramente a própria história da pesquisadora deve ter-lhe sugerido o objeto, aguçado seu olhar, pro-

posto pistas, provocado lembranças. Por tudo isso, não estamos, pois, diante de uma pesquisa impessoal e marcada pelos moldes acadêmicos, mas frente a um estudo em que a autora é também, de algum modo, parceira e cúmplice das mulheres que está observando. Fica claro de que "lado" está Maria Cândida, mas seu posicionamento não implica falta de rigor ou criticidade, esses, ao contrário, evidentes na busca e no cruzamento das fontes e na análise sugestiva dos discursos - às vezes discordantes e contraditórios - dos sujeitos envolvidos.

Talvez pela frequência com que tenho me deparado com pesquisas preciosamente densas (mas que são na verdade agregados exaustivos de informações), é um alívio encontrar um texto singelo que descreve, traz indícios, faz e provoca análises.

Em pouco mais de cem páginas, a autora apresenta os resultados de uma investigação sobre "a formulação de lugares e imagens femininas no âmbito da instrução pública" desenvolvida em São Paulo, nas décadas de 1910, 20 e 30.

Na tentativa de apresentar e confrontar diferentes projetos disciplinares presentes naquele momento, Maria Cândida revelou-se criativa e atenta às possibilidades de fontes. Assim o livro se apóia em relatos oficiais, revistas femininas, periódicos de estudantes, jornais operários, depoimentos, fotos, Inquéritos; lida com arquivos escolares e com obras literárias da época, e ainda se depara com fontes "inesperadas" (como, por exemplo, o registro escrito de crônicas radiofônicas de um programa da Rádio Tupi, dos anos 30!). Reunir, cruzar, articular e contrapor essas diferentes fontes supõe sensibilidade e exige uma ancoragem teórica.

Vale aqui fazer alguns comentários. Ainda que Joan Scott seja citada inicialmente, não me pareceu ser a historiadora feminista o apoio teórico mais efetivo do livro (até pelas implicações que essa autora tem com o pós-estruturalismo, tanto por seu uso do conceito de poder de Foucault, quanto por sua proposta de desconstrução inspirada em Derrida, e que não parecem ser consentâneas com a análise de Maria Cândida). De qualquer modo, Cândida segue a sugestão básica de Scott, ou seja, a do "gênero como categoria útil de análise histórica". Assim, o texto não é uma história exclusiva (e "guetizada") da educação de mulheres, mas, mais do que isso, enfocando processos de educação feminina, traz implícita e explicitamente os contrapontos masculinos desses processos. A análise de Cândida é marcadamente relacional; as mulheres são vistas em suas relações (relações com outras mulheres e relações com os homens). Deve ser notado que, em seu estudo, a autora privilegia duas instituições escolares públicas de São Paulo: a Escola Normal Caetano de Campos e a Escola Profissional Feminina do Brás. Daí o contraponto das normalistas e das moças trabalhadoras, numa busca "das contradições, convergências e divergências, presentes nos projetos disciplinares" do período. Esse trabalho de confrontação se expressa não apenas na análise das duas instituições, mas também no interior de cada uma delas, e ainda é perseguido em outras instâncias e fontes. Isso contribui para que Cândida não resvale numa simplificação de dois possíveis "modelos" femininos, bem como evita o erro comum de tomar como consensual ou único o projeto educativo e político que conseguiu se impor em dado momento (esse aliás um dos alertas de Joan Scott). No presente texto, portanto, ficam registrados, também, possibilidades que foram vencidas ou desviadas, projetos derrotados, vozes caladas.

Parece-me importante destacar que nesse livro a escola não é tomada por si e em si mesma. As práticas educativas e disciplinadoras das instituições escolares estão inseridas e articuladas às demais práticas que a sociedade e o Estado produzem e reproduzem naquele momento. Assim, a autora nos permite perceber o que chama de "flutuações da imagem feminina" - expressas e produzidas nos diferentes discursos das revistas, da moda, dos programas de rádio, do cinema; no coração das elites e no movimento operário. Aí ela aponta tensões e conflitos, não apenas com referência aos destinos femininos, mas também com referência às relações entre os gêneros.

Entrando mais diretamente na educação escolar, Cândida reconstrói a trajetória da inserção das mulheres na escola pública - como professoras e estudantes - e, com recurso de alguns discursos da época (escolhidos, na minha opinião, exemplarmente), retoma brevemente o processo de feminização do magistério, então já em pleno desenvolvimento no Brasil. Articula aqui suas análises às interpretações de Michael Apple, observando o aumento do controle e da regulamentação da profissão à medida que o número de mulheres aí cresce.

Como historiadora, Cândida está atenta para as transformações, continuidades e descon continuidades. Assim ela registra uma transformação nos discursos da escola e para a escola que, articulando-se às mudanças sociais mais amplas, vai da ênfase na ordem, na disciplina e na responsabilidade, para a racionalização das práticas escolares, acentuando a eficiência, a economia de tempo, de recursos e de dinheiro.

Ao reconstruir a educação de mulheres, a autora é particularmente sensível aos símbolos e aos indícios, sendo capaz de apontar ambivalências e ambigüidades nos discursos. As alegorias femininas, os usos iconográficos das publicações da época, as palavras que parecem deslocadas num texto (ou que parecem expressar o que não devia e não podia ser dito) são pontuadas pela autora (que às vezes acrescenta sua interpretação, outras vezes provoca o/a leitor/a através de uma pergunta).

É possível perceber que Cândida está trabalhando com linguagem e discurso não apenas como "representações objetivas" ou "meios de comunicação" de idéias, mas aproximando-se, como afirma em dado momento, das posições de Raymond Williams. O sentido de discurso em seu livro extravasa o entendimento estrito das falas dos sujeitos, podendo ser compreendido numa dimensão ampliada, envolvendo tam-

bém silêncios, gestos, práticas. Por isso acho que posso, de algum modo, discordar quando ela afirma que as moças da Escola Profissional, diferentemente das normalistas, "não produziram discursos e publicações", "não deixaram os mesmos vestígios discursivos e sua memória foi precariamente preservada". Como a própria autora lembra, "no fazer de suas atividades artísticas (essas moças obreiras) preenchem o silêncio de seus discursos textuais. É o discurso silencioso do bordado". Na verdade, as Jovens do Brás, "trabalhando com as mãos", lidando com os tecidos, produzindo bordados, chapéus, desenhos, iam também construindo seus discursos, deixando seus vestígios, registrando suas histórias.

Cândida chama atenção para a presença do tecido nessa escola profissional: o tecido que é matéria-prima e produto de muitas das atividades a que as alunas se dedicam (e que a autora sabe associar a outras histórias femininas, vindas de representações e mitos ou da inserção concreta no mundo da produção). Suas associações provocam no/a leitor/a ainda outras, e podem nos levar a pensar numa recorrente tarefa feminina que consiste em tecer, unir, costurar, ligar; formar redes, fazer e garantir laços...

A própria autora parece se entregar também a um trabalho de tecer. Cândida, assim como as mulheres que observou, também pro-

curou construir um tecido e talvez até tivesse um "riscado", um projeto, que pretendia seguir fielmente. Mas, como ela mesma afirma, o trajeto que estava previamente marcado foi muitas vezes desfeito e desviado pelos encontros de documentos, pessoas, por discussões, enfim pela imprevisibilidade inerente às investigações. Felizmente ela parece ter se deixado gular por esses imprevistos e encontros.

Quase ao final do livro, ela usa a imagem de "fios soltos da trama", para se referir às mulheres que "recusaram os destinos projetados", às que "apontaram outros caminhos" ou "romperam liames". Esses "fios" (essas mulheres) são para mim, contudo, partes da trama, não se separam dela, pois penso que suas resistências são tão integrantes das relações sociais quanto as manifestações de aceitação e obediência

Todas essas possibilidades - inclusive a de outras leituras - estão presentes no texto, o qual, não por acaso, termina propondo questões e sugerindo outros possíveis "riscados" a serem seguidos. Penso que assim Cândida nos ajuda, e também nos ensina, na medida em que reflete sobre algumas histórias de educação feminina e não pretende impor sobre essas histórias um olhar definitivo e definidor, convidando-nos, ao contrário, a continuar o diálogo.

GUACIRA LOPES LOURO ■

Igualdade na diferença: mulher, trabalho, cultura e política no Brasil

Mulher Brasileira é Assim.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. e VARGAS, Monica Muñoz (org.).

Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS-UNICEF, 1994.

Traçar um quadro sobre a situação da mulher em várias dimensões da vida social brasileira já é, em si, uma contribuição extremamente bem-vinda não só para o mundo acadêmico e para as mulheres, como para o público em geral. Fazê-lo com rigor analítico, agregando dados quantitativos sem perder de vista o horizonte da mudança social, é melhor ainda.

Este é o caso de *Mulher Brasileira é Assim*, coletânea de artigos organizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Social do Rio

de Janeiro - NIPAS, sob coordenação de Heleieth I. B. Saffioti e Monica Muñoz Vargas, e publicada pela Editora Rosa dos Tempos com apoio da UNICEF. Reunindo textos sobre Educação, Trabalho, Saúde, Violência, Identidade, Participação Política, Direitos e Legislação, o livro contempla um amplo espectro de questões a partir da perspectiva do gênero, e da riqueza da conotação social e relacional implícita nessa categoria de análise.

O artigo de Fúlvia Rosemberg sobre a educação de mulheres jovens e adultas descreve e analisa a participação das mulheres no quadro da educação formal no Brasil. A autora problematiza, cruzando e recuperando dados censitários, a aparente equalização das oportunidades educacionais para os sexos.

Assim, demonstra que, apesar da expansão das oportunidades educacionais para as mulheres, um processo de "guetização sexual" termina por determinar que elas, tanto ao nível dos cursos de 2º grau quanto do ensino superior, se dirijam para áreas de especialização e profissionalização menos valorizadas no mercado de trabalho.

Reafirma igualmente que, apesar dos altos níveis de escolaridade alcançados, a estrutura de empregos não se alterou significativamente e o nível salarial das mulheres continua inferior ao dos homens, quando relacionado à formação educacional. Revela ainda como esses efeitos da discriminação sexista são reiterados no campo das atividades de magistério, já que mesmo numa categoria profissional majoritariamente feminina os homens estão nos postos mais elevados e recebem salários melhores. Essas interpretações, à luz de histórias de vida e das injunções do mercado de trabalho, são sensíveis o suficiente para incorporar as características do processo de socialização das mulheres, e a capacidade que estas desenvolvem para conciliar sua vida afetiva e sua realização profissional.

Cristina Bruschini reflete sobre as tendências recentes da participação feminina no mercado de trabalho. Ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino doméstico desde sempre, ela mostra como a crescente entrada da mulher no mercado nas últimas décadas é afetada por fatores relacionados à família e principalmente à guarda e educação dos filhos. Num ambiente social com insuficiência de equipamentos e serviços coletivos como as creches, a atividade econômica feminina flui e reflui de acordo com a presença ou não de filhos e depois com a faixa etária deles, variáveis que se combinam a outras, como o grau de formalização da economia, a faixa de renda, o nível de escolaridade e o estado conjugal das mulheres, para definir essa mobilidade.

Os guetos ocupacionais femininos persistem. das trabalhadoras menos instruídas no ramo de serviços, no campo ou nas indústrias têxteis e do vestuário; das de nível médio como secretárias ou vendedoras; e das de nível superior no magistério ou enfermagem. Mas as mulheres vêm abrindo novos espaços de trabalho, em outros ramos da indústria, no comércio, na administração pública, no setor social (ensino e saúde), avançando também no mercado informal da economia. Apesar dessas conquistas e de, nos anos 80, terem conseguido um ganho salarial relativo, as mulheres ainda sofrem com a desigualdade na remuneração do trabalho, e apresentam taxas menores de contribuição à

Previdência e de posse da carteira de trabalho não só no campo mas também na cidade, onde as empregadas domésticas são as mais carentes de direitos sociais.

A saúde reprodutiva da mulher é o tema de Maria Carranza, que recupera os antecedentes históricos dos chamados programas de atenção materno-infantil para introduzir a análise das políticas de planejamento familiar no Brasil. A autora levanta a incidência dos principais métodos anti-concepcionais utilizados nas várias regiões do país, identificando a predominância do recurso à esterilização feminina e/ou ao uso da pílula, em relação aos métodos mecânicos e reversíveis de controle da natalidade mais adotados nos países avançados.

Apresenta também um quadro estimativo de abortos realizados, destacando a desigualdade implícita na situação de ilegalidade vigente, para as mulheres de menor poder aquisitivo. O controle pré-natal, as condições de realização do parto e a mortalidade materna são igualmente avaliados em termos das distorções causadas pelas baixas condições sócio-econômicas e de escolarização das mulheres, assim como a "cultura da cesariana", que induz a um dos maiores índices de partos cesáreos do mundo. Afinal, são registrados os poucos dados disponíveis - em virtude, principalmente, da não notificação dos casos - sobre doenças sexualmente transmissíveis e a AIDS, e informações sobre o câncer de colo de útero e de mama, causas muito frequentes de morte entre as mulheres brasileiras de todas as regiões.

Heleleth Saffioti trata da violência de gênero no Brasil contemporâneo. Após demarcar teoricamente as noções de violência e de gênero, ela vai retirar do único conjunto de dados sobre práticas violentas para o país como um todo (Participação Político-Social 1988 - Justiça e Vitimização, do IBGE) informações que comprovam a gravidade, o caráter doméstico, rotineiro e ordenador da violência contra a mulher.

Dados de recente pesquisa realizada pela Rede Globo e outros produzidos pela CPI da Violência contra a Mulher (janeiro de 1991 - agosto de 1992) - todos eles utilizados com cautela em virtude do desconhecimento dos métodos empregados para sua obtenção - reforçam o retrato da violência intra-familiar (agressões, estupro, ameaças), do silêncio envergonhado das vítimas, da impunidade. Mas destróem também alguns mitos sobre o homem violento: ele não vem das classes subalternas mas sim, predominantemente, das classes médias e altas, nem é mais frequentemente negro ou mestiço.

Finalmente a autora relata o trabalho realizado junto ao governo de Franco Montoro, em São Paulo, para criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF), em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia da Defesa da Mulher (DDM), em 1985, assim como a iniciativa de construção e funcionamento de abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos - a Casa de Apoio Viva Maria - em Porto Alegre, nas gestões de Olívio Dutra e Tarso Genro. Essas experiências, apesar dos eventuais problemas, têm se reproduzido e servido para dar maior visibilidade à questão da violência contra a mulher brasileira.

O texto de Sueli Carneiro sobre identidade feminina funciona como um rápido e importante momento de inflexão, em relação à questão da diferenciação no interior do próprio universo feminino. Ela chama atenção para o fato de que o discurso sobre a opressão da mulher precisa dar conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras, atingidas pela discriminação racial em relação às conquistas do movimento de mulheres e pela discriminação sexual no que se refere ao movimento negro. Prega, por isso mesmo, a construção de uma cidadania plena para as mulheres brasileiras, no bojo de um projeto de sociedade multicultural e plurirracial.

O artigo de Céli Regina Jardim Pinto discute a questão da participação política da mulher e de sua constituição como sujeito político pleno, a partir de proposições que, por um lado, contemplam o campo da representação das mulheres nas casas legislativas e suas contradições e, por outro, a participação fora desse âmbito estritamente "político" e a sua maior eficácia. Analisando os dados referentes à presença da mulher na Câmara dos Deputados nos últimos vinte anos e o teor das propostas das 26 congressistas da "Bancada Feminina" na Assembleia Constituinte de 88, Céli Regina demonstra como a pressão dos movimentos sociais e o expediente das Emendas Populares constituíram uma representação política das mulheres *a posteriori*, responsável por um escopo de temas mais amplo do que o conjunto de conquistas que a Constituição assegurou.

Também nesse sentido, a breve trajetória do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher -

CNDM - é recuperada para reforçar mais uma vez a importância de uma ação bem articulada e eficiente de participação política para além dos limites da representação.

Leila Linhares Barsted objetiva apresentar não só o *status* legal das mulheres brasileiras mas também questionar seus limites diante do desafio de articular "leis, práticas sociais, crise econômica, cultura excludente e cidadania". Reconhecendo que no Brasil, como em outros países, existe uma feminilização da pobreza e uma hierarquização da cidadania que se refletem dramaticamente no plano jurídico, na ordem legal e também nas "ordens paralelas" do direito costumeiro, ela se propõe a analisar apenas as normas jurídicas. Para tal, contextualiza historicamente como as relações de gênero foram tratadas no direito brasileiro desde as Ordenações Filipinas de 1603 e recupera o papel histórico dos movimentos de demandas das mulheres e o quadro de seus direitos nas Constituições, nas legislações civil, penal e trabalhista.

Conclui que, apesar das práticas discriminatórias, o processo do que chama de "cidadanização" das mulheres avança, e que o grande desafio, agora, é fazer com que os direitos das mulheres se efetivem socialmente, ultrapassando as distâncias entre princípios e práticas.

O posfácio de Heleleth Saffioti, uma das organizadoras do livro, mais do que "conceituar o gênero" - tarefa que o livro, em seu conjunto, cumpre com a maior competência - nos leva por um belo e rico percurso teórico que desagua na utopia modesta (?) de uma "sociedade com gênero, portanto com diferenciação entre homens e mulheres, mas sem hierarquias neste eixo de estruturação social".

Isso não se fará sem lutas, como nos dizem essa e as outras autoras militantes combativas de um movimento das mulheres que quer abrir e manter espaços positivos tanto para a "homogeneização" como para a "diferenciação", num mundo crescentemente globalizado. Mas pode ser feito, e a leitura deste livro faz com que se sinta que vale a pena ser mulher brasileira, assim.

ELINA PESSANHA ■

Patroas na berlinda

Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y... Más Nada.

CHANEY, Elsa M. e CASTRO, Mary Garcia (org.).

México: Nueva Sociedad, 1993.

"Se fala da solidariedade das mulheres entre si, mas as feministas são mulheres de classe média. Trabalham e precisam de empregadas domésticas em suas próprias casas."

(Líder peruana de sindicato de empregadas domésticas)

Ainda antes de iniciar a leitura do livro organizado por Elsa M. Chaney e Mary Garcia Castro, o título - estampado em letras vermelhas ocupando quase toda a superfície da capa - me provoca uma sensação de desconforto. Percebo de imediato que, para além do tema declarado no subtítulo - empregadas domésticas na América Latina e no Caribe - o que irei encontrar, nos 22 artigos reunidos em suas mais de 400 páginas, é a evidência implícita e, eminentemente incômoda, de minha condição de patroa.

O sentimento me é familiar. É o mesmo que enfrento, no papel de pesquisadora, diante de meu próprio estudo sobre emprego doméstico no Brasil. Suspeito que seja comum, mesmo que de forma não-explicitada, às várias pesquisadoras, mulheres de classe média, que se voltam para este tema. Suspeito que esteja presente, de modo ainda mais radical, naquelas que, como Elsa M. Chaney e Mary Garcia Castro, acrescentam à preocupação acadêmica o compromisso com uma ação política feminista, buscando revelar os mecanismos de poder presentes nas hierarquias de gênero e classe que são próprias a este tipo de trabalho. A leitura dos artigos por elas reunidos em sua coletânea parecem confirmar esta hipótese.

Um primeiro sintoma é a escassez e pouca sistematicidade da produção acadêmica, de um modo geral, e feminista, em particular, sobre as relações de emprego doméstico. É surpreendente que, ao mesmo tempo em que somos informados, logo nas primeiras frases da Introdução, que "as empregadas domésticas - definidas como pessoas que servem a um indivíduo ou uma família na sua casa - representam pelo menos 20% das mulheres que pertencem à força de trabalho remunerado na América Latina e no

Caribe" e que, em alguns países esta proporção chega a atingir um terço desta população, seu estudo seja apresentado, no ano de 1989 (data da primeira edição, nos Estados Unidos, da coletânea em questão), como constituindo "um novo campo de investigação e de ação".

Embora o caráter isolado, subordinado e idealmente "invisível" deste tipo de trabalho sejam os principais argumentos com que Chaney e Castro justificam esta desatenção sociológica, o conjunto de trabalhos publicados me sugere uma outra interpretação.

Em primeiro lugar, o isolamento que separa cada empregada do conjunto da categoria social e profissional a que pertence, mantendo-a imersa no universo da família empregadora, só permitiria explicar a dificuldade das próprias domésticas em refletir sobre sua condição, em tomar-se a si mesmas como objeto de estudo. Mas o que dizer das cientistas sociais, das pesquisadoras e militantes feministas? No seu caso, a meu ver, ao contrário do afastamento, é a excessiva proximidade do objeto de estudo que pode explicar o "esquecimento".

Mais do que nas características do próprio objeto de estudo, portanto, é na relação entre o sujeito e seu objeto que me parece residir o nó do problema. Uma relação de extrema ambiguidade uma vez que, nela, o sujeito é também protagonista. Efetiva ou potencialmente (este é um detalhe circunstancial), no contexto das sociedades da América Latina e do Caribe, a pesquisadora ou militante de camadas médias é patroa. Carapuça complicada esta. Pois, se o trabalho da empregada está entre as mais subordinadas de todas as ocupações femininas remuneradas, quem é sua subordinadora direta? Aos olhos de quem seu trabalho é "invisível"?

Mesmo considerando que, como nos mostram as abordagens históricas que abrem a coletânea, as atuais relações de emprego doméstico na América Hispânica são um legado de nosso passado patriarcal e estão fundadas na lógica que caracteriza a sua hierarquia de gênero, não resta dúvida que uma diferença de classe, reforçada pelas de raça e etnicidade, introduz no interior do próprio gênero uma diferença radical.

Os estudos que compõem a terceira parte do livro - "Questões para o feminismo" -, significativamente sua parte central, revelam o quanto a percepção do antagonismo de suas posições relativas está presente tanto na consciência das patroas quanto das empregadas politicamente engajadas. Isto, no entanto, a partir de pontos de

vista e com conseqüências bastante distintas. Enquanto, no caso das empregadas, esta consciência se expressa numa ênfase nas oposições de classe e resulta na recusa ou forte resistência em aceitar alianças com o movimento feminista, que, a seu ver, é um movimento de patroas (que, aliás, poderiam ser suas patroas), para essas últimas, cuja ação se orienta pelo ideal da solidariedade de gênero, a percepção do antagonismo traz, principalmente, um misto de culpa e frustração. A análise de Mary Goldsmith resume brilhantemente este impasse: "o emprego doméstico tem sido uma pedra no sapato do feminismo latino-americano, dado que as próprias feministas empregam domésticas. As feministas de classe média são forçadas a reconhecer que, freqüentemente, só são capazes de ter uma participação política porque uma pobre empregada arca com uma grande parte de sua dupla jornada. Esta situação gera uma relação de poder tensa, que é a antítese da fraternidade feminista".

Assumir as empregadas domésticas como objeto de estudo, portanto, é, sobretudo para as mulheres latino-americanas e caribenhas de classe média, colocar-se inevitavelmente face ao dilema de uma desigualdade patente no interior do próprio gênero. Desigualdade tanto mais patente porque extremamente próxima e familiar, literalmente doméstica. Desigualdade tanto mais perturbadora porque não apenas testemunhada, mas exercida e perpetuada por elas mesmas no seu cotidiano. Não há como pensar as empregadas domésticas sem nos vermos no espelho de

nossos próprios bastidores. Uma aventura nada fácil do ponto de vista existencial, mas que pode ter grandes conseqüências do ponto de vista da produção teórica e da ação política.

Uma aventura que Elsa Chaney e Mary Castro assumem corajosamente. E, com tamanha audácia, que optam por dar voz presente ao próprio grupo investigado. Num certo sentido, por dar-lhes a palavra final, pois é com depoimentos de líderes dos movimentos de empregadas domésticas e a reprodução de documentos produzidos por suas organizações que concluem a parte de conteúdo de seu livro.

Pelo pioneirismo de seu esforço e riqueza de suas informações, *Muchacha, Cachifa, Criada, Empleada, Empregadinha, Sirvienta y... Más Nada* é, indiscutivelmente, para todos os que se interessam pelas relações de gênero, em suas múltiplas dimensões, uma obra de referência obrigatória. Se, de fato, de acordo com a avaliação das organizadoras, "o trabalho acadêmico sobre o serviço doméstico tem constituído uma série de esforços desconexos, não sustentados por um conceito teórico central" e "a maioria dos artigos incluídos .. são mais descritivos que teóricos", eles possuem o valioso mérito de expor dilemas e instalar perplexidades que não dizem respeito apenas ao seu objeto de estudo específico, mas que apontam para a necessidade de repensar alguns aspectos centrais tanto da teoria quanto da prática política que vem sendo desenvolvida no campo do feminismo.

ILANA STROZENBERG ■

Perversa lucidez da nostalgia

Luz Del Fuego, a Bailarina do Povo.

AGOSTINHO, Cristina, PAULA, Branca de e BRANDÃO, Maria do Carmo.

São Paulo: Best-Seller, 1994.

Ela nasceu Vivaqua, em 21 de fevereiro de 1917, numa segunda-feira de Carnaval, ladeada, seguramente, por apaixonados pierrôs, ladinos arlequins e trêfegas colombinas prenunciando o que estava por vir, e foi batizada com o nome de Dora; referia-se ao sobrenome insinuando divertida o forte sentido: água-viva.

Quando da primeira apresentação no Circo Pavilhão Azul anuncia-se como Luz Divina. Depois, já mais decidida do rumo que pretendia para a vida artística e por mais uma jogada promocional, surge

como Luz del Fuego (o nome talvez evocasse estrangelirismo que na época fazia acorrer maior público para os espetáculos). Esses nomes tinham seu próprio cerimonial, uma lógica, uma estratégia, não envolver a família e não ser perseguida por esta quando de suas fresloucadas atitudes. Eram acessos independentes à sua pessoa, variando em alcance. Contudo o nome Luz del Fuego, aquele que lhe marcou a parte mais madura da vida, expressa o que ela considerava essencial: uma identidade absoluta e única, sem o precedente familiar; obviamente, nunca dispensando as formas adjetivadas que tanto lhe massageavam o ego, atreladas à sua pessoa e estampadas nas matérias de jornais, exótica, exibicionista, megalomaníaca, bailarina do povo, a vedete das cobras, rainha do carnaval.. E a cada uma destas distinções, irrequieta, forjava melhor a cunha que iria bater no muro bem arumado do Instituto,

enquanto mais e mais se indisponha com a família.

A vida de Luz tem um segredo que toca fundo a nossa alma, nos seduz pela irreverência, pelo destemor em se fazer notar sempre e publicamente rompendo padrões sociais estabelecidos para a época (décadas de 40 e 50) coloca-se a favor do aborto e do divórcio desprezando posturas mofadas de esposas bem comportadas. Abomina a virgindade hipócrita, considera um estorvo Alardeia que o viver é inseparável do sentir. Inocente hálito de Rousseau e uma tênue idéia do Clube Naturalista? Talvez... *Os Devaneios de um Caminhante Solitário* lhe chega às mãos, fortuitamente, como presente do irmão Achilles (poeta modernista do Grupo Verde) preocupado com sua saúde mental, pois Luz acabara de sair de um hospital psiquiátrico de Belo Horizonte, resultado de uma das inúmeras e sórdidas artimanhas familiares que tentava mais uma vez conter, drasticamente, o gênio voluntarioso da ruidosa Dora.

Por todos estes motivos e talvez ainda pela arguta característica da alma feminina em rastrear o que é essencial, Cristina Agostinho, Branca de Paula e Maria do Carmo Brandão, num empenho de três anos de pesquisa financiada pela Fundação Vitae, fazem chegar às nossas mãos para deleite e prazer o produto deste esforço: *Luz del Fuego, A Bailarina do Povo - uma biografia* - 267 páginas recheadas com três conjuntos de fotos de época e de arquivos de família e mais a transcrição do primeiro número da revista ilustrada do Clube Naturalista Brasileiro.

Notadamente, uma biografia desenha e conta a vida e, sem que se comprometa a reflexão, pode ser comparada à fotografia: é sem futuro. O registro nos é dado como um todo: o nascimento, a existência, a morte. Não se rememora o passado, apenas se confirma que aquilo que apreendo pela leitura existiu realmente, como se condensássemos num instante abrangente toda uma vida e a fixássemos num retrato, congelando-a. Sem dúvida o que dá sabor memorialista a uma biografia é seu conteúdo irrefutável de tempo que já se foi. Intocável, insinua e só permite uma ligação ambígua entre eu (leitor) e aquela versão de mundo condensada e relatada (o texto/biografia).

Um lado e outro dessa ligação está sempre sendo redescoberto ora em assalto à realidade do texto ora em submissão. O objeto e o espaço do que foi vivido, lembra W. Benjamin, é finito. "ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois"¹. O arranjo encontrado pelas autoras, a forma romanceada, dá conta deste fluxo e refluxo

sem imprimir arbitrariedade de ritmo na leitura, garantindo o impacto emocional. A forma romanceada confirma por sua vez as virtudes originais do estilo, permitindo que através dos padrões orientadores desse jogo da escrita seja traçado o panorama da época em que Luz viveu.

Afentão as dimensões sociais, as referências a lugares e as manifestações e o comportamento da classe social se tornam ingredientes nucleares representando e desmascarando os costumes vigentes à época, amalgamados de tal forma que vamos a cada capítulo sucumbindo a esta deliciosa traição metódica e ordenada do contar das autoras, nos tornando cúmplices das aventuras e desventuras de Luz

Apenas se coloca uma questão: observado o teor documental e funcional de uma biografia, sente-se falta de uma cronologia mais clara, um vetor que propiciasse orientação para o leitor menos avisado quanto aos períodos e ganchos históricos aludidos. Oportunidade que as autoras perdem, deixando de suscitar no leitor a saudável curiosidade sobre o momento cultural vivido nas décadas de 40 e 50, reconhecidas pela sua originalidade enquanto manifestação do gosto popular. Deixa de emergir com parte integrante desta análise (e é um pecado) o perfil da vedete, presença indiscutível no imaginário social da época.

Os cantores com voz de ouro, acrobatas, sambistas, *starlet girls*, coreógrafos inspirados, excêntricos, grandes cômicos e os recursos notáveis da *fêerie* não são cenários estranhos à passagem de Luz, é neste universo que ela transita tentando projeção e reconhecimento. O espírito loução, a sátira política e a fina chalaça, ingredientes do Teatro de Revista da época, eram os emolientes para as aparições meteóricas de Luz del Fuego semina desfilando na avenida sobre um carrinho da Kibon. Cá para nós, saboroso mérito pois com estas atitudes ela apurava o deboche a ponto de fazer emergir, sagazmente, o quinhão hipócrita da sociedade do *double-sense*. Verdadeiros casos de polícia como noticiavam os jornais

É simplesmente aí que reside a imperfeição desse trabalho: na ausência de uma cronologia clara e orientadora que incitasse o leitor a refletir e "perverter-se" no campo da crítica social e de costumes daquela época.

Pois fora isto a biografia nos sacia, e faz reconhecer o trabalho árduo das autoras através da tomada de depoimentos e em consultas a material impresso, desenterrando dessa memória os vestígios. "Dela restavam, pois, vagas lembranças, fotos, matérias de jornais, revistas e a ilha onde viveu; um ou outro amigo, algum *partner*

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

² Vitória sobre a Lata de Lixo da História. Folhetim 427, *Folha de S. Paulo*, 1985

dos áureos tempos de bailarina e poucos parentes dispostos a desenterrar a ovelha negra da família. "A tarefa é organizar estes vestígios para com eles construir uma coerência, fundindo-os sem com isto perder a noção de fragmento, dado tão precioso quando se pretende biografar.

O fragmento, comenta J.-C. Bernardet, "não é uma arbitrariedade estilística, mas é a própria forma da história derrotada, motivo pelo qual, mesmo na busca da coerência e da significação, o caráter fragmentário não pode nunca ser abandonado"².

"Fácil? Não Nada fácil despir alguém. Por mais nua que essa criatura já estivesse." Bem verdade, as autoras se superaram. Ao invés de despir foram lâmina a lâmina tecendo a pele desta criatura, indo do gesto ao pensamento, não só no trabalho custoso da pesquisa quanto na solução gráfica do volume. A cada capítulo se distingue uma frase de autoria de Luz, aquilo que chamo de signo de ocupação e que nos faculta uma outra forma de leitura além da convencional. Ler apenas as frases bombásticas de Luz que vão construindo grão por grão a sua verdadeira ilha do Sol, a sua identidade, o seu espaço/continente.

Ao lê-las percebe-se a determinação de propósito crescendo a cada circunstância que a obrigava a tomar posição.

"Para a sede, temos a água, para a fome, o pão, para a imoralidade, a nudez."

"Num mundo que está apregondindo dia a dia, os preconceitos continuam amarrados a um poste."

"Sou apolítica, mas vejo na ordem social uma **desordem**, porque os direitos dos cidadãos que deveriam vir da natureza e servir igualmente a todos, sem distinção, são fundamentados sobre convenções."

"Quería, com todas as minhas forças, ser possuidora de uma grande serpente, domesticá-la, dançar em público envolvendo-me em suas perigosas espirais, sentir-lhe o contato das escamas ásperas e frias."

"Agonizo pelo destino que antecipei em meu diário de vaidades."

"Não faço parte do sistema que prejudica a vida permitindo o mal. A liberdade do homem - seu maior progresso - deve ser mantida e respeitada a qualquer preço."

Subvertendo o modo de leitura formal tem-se o privilégio de, através das frases de seu diário, avalliar a temperatura da vida que irradia um modo arrebatador de ser. Toscos sistemas de transgressão.

Estar com uma biografia à mão é estar às vésperas do conhecimento com um molde transparente e líquido que permite nostalgicamente que nos orientemos pela memória e fluxos do coração. A nostalgia nos libera a lembrar só das partes boas mas é também um mecanismo perverso porque, com diz Garcia Marques, "quando a gente se salva esquecendo o que é ruim está vivendo fora da realidade".

Resvalei e também caí nesta armadilha. Folheando o testemunho de Eros Volússia flagro-me num tempo imaginário. Um agosto de 1967 em plena baía de Guanabara, Hélio, o último amante, bronzeado e musculoso atracando o barco na ilha onde Luz del Fuego junto aos rochedos arquitetava. (...) "introduzir a plástica na música como num *maillot* tenuíssimo; transmutar em expressão e movimento os ritmos sonoros que nos penetram os sentidos, desenvolvendo-os na rapidez do milagre da arte; encarcerar vãos nos gestos, dando asas aos rastejos; empreender às melodias uma fuga do eu; traçar com o corpo, no espaço, as palavras profundas do silêncio, conter na elasticidade frágil da forma a alma de toda a natureza e a natureza de todas as almas; dançar! Dançar mesmo em quietude, com os olhos errantes, com os lábios trementes, com o sangue em palpação, com o pensamento espiralando para o alto; ser uma mensagem de carne radiosa, uma comunicação da terra com o céu"³.

SANDRA MARIA LAPEIZ ■

³ VOLUSIA, Eros *Eu e a Dança* Rio de Janeiro Revista Continente Editorial, 1983.

AIDS e sexualidade: o ponto de vista indispensável

AIDS e Sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas.

LOYOLA, Maria Andréa.

Rio de Janeiro: Relume-Dumará/UERJ, 1994.

Cada sociedade, cada período histórico, tem a sua doença, que é a metáfora dos seus

problemas. A doença é um acontecimento negativo que abala a inércia do sujeito e do seu meio social ao questionar a integração social e o equilíbrio da sociedade. As grandes epidemias ou enfermidades que marcaram certos momentos da história tiveram sua repercussão fantasmática no imaginário coletivo - conforme já afirmaram vários autores - com conseqüências

para a doença, seu tratamento e o meio onde se propagava.

Assim, na Antiguidade, a lepra representava um destino inelutável que se abatia sobre as pessoas, afastando-as do convívio humano. Na Idade Média, a peste materializou o castigo de Deus enquanto punição coletiva, dizimando uma parte da população. A sífilis, durante a transição para a Idade Moderna, encarnou a crise moral, imputando-se sua causa aos viajantes e à libertinagem da população. A tuberculose seria o mal do século XIX, romântico e miserável, na crise da revolução industrial e dos valores comunitários. O câncer é a doença do século XX, estigmatizando o prolongamento da vida humana e as consequências do desenvolvimento industrial: a poluição, os aditivos, o estresse.

A AIDS representaria o estágio atual da sociedade, indicando o limite do crescimento na incapacidade da medicina de vencer o câncer e a própria AIDS, mas também a tendência ao isolamento entre os humanos, entre outras metáforas. Atesta com doloroso vigor o quanto a sua construção enquanto doença pesa na relação que se estabelece com ela - para controle, prevenção, mas também para o convívio e a negociação com tudo o que ela nos comunica. A AIDS se instala no umbral deste fim de milênio como um imenso sinal luminoso a indicar a urgência de novas direções a velhos viandantes.

É nesta encruzilhada de significados e necessidades que a coletânea *AIDS e Sexualidade: o ponto de vista das ciências humanas*, organizada por Maria Andréa Loyola, vem acrescentar sua contribuição para a compreensão do fenômeno no Brasil. O livro reúne artigos resultantes da pesquisa *Os Efeitos Sociais da AIDS no Brasil*, desenvolvida no Instituto de Medicina Social da UERJ de 1989 a 1991, e mais três textos sobre outras pesquisas. Apresenta um instigante panorama de informações e questões para a reflexão sobre a problemática da AIDS.

A pesquisa em si é descrita por Maria Andréa Loyola em "Percepção e Prevenção da AIDS no Rio de Janeiro". Estuda representações e práticas relativas à doença, sua repercussão sobre o cotidiano sexual e a prevenção em três categorias: profissionais de nível superior, bancários e metalúrgicos. Os resultados evidenciam algumas linhas gerais semelhantes ao que se conhece em outros países - relativo conhecimento sobre sintomas e formas de transmissão resultante da divulgação pela mídia, sem no entanto provocar modificações de fundo na prevenção; tendência a ver a AIDS como a doença que "vem de fora" e "do outro". Localiza porém algo

da nossa especificidade nas posturas quanto à prevenção: o "ethos político-cultural dos brasileiros", apoiado no paternalismo das elites e na delegação ao governo da defesa dos interesses do povo. Tendências contrariadas mais recentemente pela presença de ONGs e sindicatos na luta pela saúde. A análise, apoiada no universo simbólico dos pesquisados - seus valores e cultura sanitária -, demonstra o interesse pelas práticas de saúde da população e o cuidado em considerar a relação entre elas e as representações já atestado pela autora em *Médicos e Curandeiros, Conflito Social e Saúde* (São Paulo, Difel, 1984).

Segue-se o artigo de Sérgio Carrara, "AIDS e Doenças Venéreas no Brasil". Partindo da semelhança entre a sífilis e a AIDS, retraça os modelos de intervenção social configurados pelas práticas profiláticas e preventivas com relação às doenças venéreas do final do século XIX até os anos 20. Seu objetivo é estabelecer perspectivas comparativas com os dias de hoje, chegando a conclusões interessantes. Subjacente aos modelos estudados há uma lógica, uma "bacteriológica", em que "tudo se passa como se o doente estivesse para a sociedade assim como o germe para o organismo individual", o que repercutirá em propostas de separação entre sadios e infectados. Diferentemente do passado, porém, os grupos de pressão entram em cena hoje para resgatar a cidadania dos estigmatizados, encaminhando uma ruptura no plano simbólico. Os portadores do vírus da AIDS não estariam mais para a sociedade como o vírus para o organismo. Eles seriam apenas interlocutores privilegiados no diálogo que a sociedade vem mantendo com uma nova manifestação do mal, e do seu sucesso depende o destino da epidemia.

Joel Birman, em "Sexualidade: entre o mal e as maledicências", volta ao imaginário coletivo e sua negociação com velhos fantasmas, expressa nas práticas político-sanitárias em torno da lepra e da peste. Através da sua fina exposição, argumenta que o que está em jogo com a AIDS, que traz de volta o terror da morte (desta vez como punição imediata do desejo), é "o direito à visibilidade da sexualidade na sua sinfonia polimorfa, na multiplicidade desejante dos sujeitos". Assim, a AIDS transcende o universo técnico da assistência, funcionando como analisador dos valores e da ética que funda a nossa tradição cultural. Sem desconhecer o papel da AIDS no embate sanitário, Birman enfatiza o seu significado para o redesenho das representações da sexualidade e para o reconhecimento de múltiplas possibilidades le-

gífimas de constituição do sujeito.

Encerrando esta série de textos, o artigo "Medicalização Social e a Construção da Sexualidade", de Marilena Corrêa, localiza dois modelos através dos quais a medicina interveio na construção das representações sobre o corpo, a saúde, a doença. No primeiro impera a lógica reprodutiva, com o controle sanitário e reprodutivo das populações. No segundo, valorizam-se as subjetividades, o desejo e o prazer, a partir de referências radicais **psí**. Ambos convivem na medicina e no controle da sexualidade e da reprodução. Para ilustrar tal controle, a autora aplica aos dados da pesquisa já descrita um outro recorte, e procede ao estudo das representações relativas ao tema da iniciação sexual. Assim, termina por localizar nos primórdios da construção da sexualidade uma duplicidade de fontes (família/mundo externo a ela) e de orientações (normas, ciência/prazer) que envolve as ordens da reprodução e da sexualidade. O tratamento de Corrêa não se detém na questão de gênero, embora seja fator de reconhecimento de peso na construção diferenciada da sexualidade, e não irrelevante para a abordagem da prevenção, como é sabido¹. Deixa assim essa lacuna, que estará presente também em outros textos. Finaliza considerando que estão em curso alterações nos padrões de aprendizado detectados, seja pelo fim do silêncio sobre o tema, seja pelos deslocamentos trazidos pela AIDS, via grupos e associações com ela envolvidos, que difundem a discussão sobre solidariedade e direito à diferença, prometendo mudanças mais profundas e uma nova ética sexual.

Partindo da sua própria linha de pesquisa, Richard Parker vai dar prosseguimento a esta reflexão enquanto subsídio para pensar o controle e a prevenção, no artigo "Diversidade Sexual, Análise Sexual e Educação sobre AIDS no Brasil". Descreve a "ideologia erótica" do brasileiro, os *scripts* ou cenários eróticos presentes na vida do Brasil contemporâneo, para encerrar com reflexões sobre a aplicação destas perspectivas à promoção da saúde como resposta aos riscos do HIV. Sua tese, ao mesmo tempo original e coerente com sua leitura da vida brasileira, consiste em considerar que, sendo a transgressão a noção-chave da ideologia erótica do brasileiro, o enfoque central da educação sobre AIDS deveria deslocar-se da pura e simples transmissão de informação objetiva para uma

abordagem alternativa. É a própria organizadora da coletânea, porém, quem vai levantar no prefácio a hipótese de que Parker esteja, na verdade, "lidando com o modelo erótico-homossexual masculino brasileiro", o que sublinha uma vez mais a falta de maior nitidez de contornos das representações femininas para aquilatar até que ponto elas estão englobadas na ideologia identificada ou invisibilizada por ela.

A abordagem alternativa de Parker advoga que as possibilidades de redução do risco deveriam ser exploradas como aspecto da experiência erótica, e não como decorrência de um processo lógico e racional de decisões. O uso da camisinha e de práticas não penetrativas se colocaria, então, como parte de uma modalidade de expressão sexual transgressiva e excitante, e não mais racional e restritiva. Sublinha, deste modo, a importância do conhecimento dos substratos simbólicos para a eficácia das intervenções comportamentais, bem como o papel da pesquisa social e da análise cultural neste sentido.

"Homens Adultos: conhecimento e uso do *condom*" de Elza Berquó e Marta R. de Souza, expõe resultados de uma pesquisa realizada com homens, bancários, universitários e operários da construção civil em Campinas. Aparentemente, confirma-se o que já se sabe: todos conhecem mas poucos utilizam o *condom* como prática preventiva. Entretanto, não deixa de surpreender, pelo fato de que a proporção dos que o usam está acima da até então registrada nos *surveys* sobre fecundidade ou contracepção (27% a 33% contra 2%), o que certamente se deve ao fato de estes serem feitos junto a mulheres em geral casadas ou unidas. Por outro lado, ele continua sendo percebido como meio contraceptivo. A pertinência da pesquisa demográfica de boa qualidade fica aqui reafirmada.

Os dois últimos artigos referem-se a trabalhos fora do Brasil. O primeiro, de Michael Pollak e Marie-Ange Schiltz, sistematiza "As Pesquisas sobre Bi- e Homossexuais Masculinos na Europa", apontando mudanças importantes no comportamento sexual devidas ao tipo de avaliação individual quanto à própria exposição ao risco, nível de educação elevado, classe social média superior e aceitação da própria homossexualidade, mas também ao grau de consolidação dos grupos e movimentos *gays*, co-responsáveis pela adoção de medidas de prevenção consequentes. Mais uma vez, os fatores de risco epidemiológico e as variáveis sócio-culturais tradicionais não explicam todas as mudanças. Os autores recomendam levar em conta uma ampla gama de fatores intervenientes na adapta-

¹ O'LEARY, S., CHENEY, B. (org.) Tripla Ameaça: AIDS e mulheres. Dossiê Panos. Rio de Janeiro/Recife/Londres. ABIA/SOS CORPO/Panos Institute, 1993

ção do comportamento sexual ao risco de contágio e alertam para a importância de incentivar os estudos *gay* e proceder a pesquisas de avaliação da prevenção

Finalmente Alain Giami, em "De Kinsey à AIDS: a evolução da construção do comportamento sexual em pesquisas quantitativas", estuda as diversas construções contidas no conceito de comportamento sexual a partir do relatório Kinsey. Neste, ele é associado a orgasmo, no relatório Simon à contracepção, e atualmente, com o advento do HIV, parece balizado pela noção de risco. Em conclusão, o comportamento sexual é remodelado segundo processos variados, descritos pelo autor, e sua utilização impõe estatutos diferentes às dimensões sociológica e psicológica enquanto partes constitutivas e/ou determinantes dele.

Esta riqueza e variedade de contribuições, como se pode notar, está costurada por um fio forte, que ponteia o olhar da História, da Antropologia, da Sociologia e da Psicanálise ao abordar o tema em discussão. Trata-se da presença dos universos simbólicos, culturais, das representações sociais, tão em voga nas ciências sociais, revelando-se como parceria indispensável para equacionar a promoção da saúde, em particular no caso da AIDS, em contraponto à insuficiência dos estudos epidemiológicos, por um lado, e da mera transmissão de informação, por outro. A contribuição das ciências sociais evidencia-se fundamental enquanto dimensão de compreensão do mundo da doença e da prevenção, aqui apresentada através da consistência e qualidade indiscutíveis dos trabalhos

Também esta contribuição, porém, revela-se incompleta - o que não é obrigatoriamente negativo - e em construção. Assim, como foi mencionado rapidamente, se a especificidade *gay* já ganhou assento neste ponto de vista (*et pour cause*, deve-se saudar), a feminina parece ainda não estar devidamente contemplada, parecendo só chamar maior atenção da responsável pela coletânea e na perspectiva demográfica. Embora alguns dos autores se preocupem com ela em sua obra, faltam indicações por gênero que permitam avaliar se as representações que calçam os comportamentos levando à negociação sexual e à prevenção merecem tratamento diferenciado ou não. Pode-se supor, como faz Loyola, que Parker esteja na verdade "generalizando" a partir de um gênero apenas, e (acrescento eu) que Corrêa submerja nuances na sua detecção de modelos de produção da subjetividade sexual. O mesmo pode ser dito para as pesquisas relatadas na

Europa e nos Estados Unidos. Num momento em que as mulheres somam-se em progressão geométrica aos demais infectados, a indicação feita por Parker, Giami e Pollak, da necessidade de mais estudos para se penetrar no universo sobre o qual se deseja intervir e assim atingir maior eficácia, se reafirma com a premência da inclusão da questão de gênero. A AIDS vem enfatizar a necessidade de uma reflexão profunda sobre as relações entre os gêneros e o seu significado para a prevenção, e - por que não - para a felicidade humana, em geral.

Em termos de abordagens, uma ausência que se faz sentir é a da Psicologia, talvez não como falha da coletânea, mas da própria área, em sua proverbial endogenia. Embora não costume ser das primeiras a enfrentar os grandes problemas da sociedade, desta vez ela está efetivamente na linha de frente, envolvida com o cotidiano dos soropositivos, com a prevenção, e já apresenta as primeiras reflexões sobre esta experiência, como as reunidas por Vera Paiva² no I Encontro sobre Repercussões Psicossociais da AIDS, na USP. E é a própria Vera, em meio a esta coletânea, quem discute o simbolismo da AIDS e suas conseqüências para a lide de tratar com ela. Também no exterior, encontram-se linhas muito próximas às percorridas acima. É o caso da pesquisa de Dario Páez³, no País Basco, sobre a imagem e prevenção da AIDS, partindo do imaginário coletivo frente às doenças e baseando-se nas representações sociais da população como substrato de uma educação para a saúde. Fica, portanto, o apelo às/aos colegas para que não só sistematizem e divulguem sua experiência, mas também se aproximem e se apropriem da contribuição das outras ciências humanas. A estas, deixo o apelo reverso, de que estejam atentas à contribuição da Psicologia, que a incluam em seu ponto de vista, e não de forma acessória.

Para finalizar, cabe recomendar a leitura de *AIDS e Sexualidade* não só aos que se interessam pelo tema, mas a todos aqueles que lidam com problemas de sociedade de difícil equacionamento, pois a contribuição das ciências humanas, o ponto de vista que parte das rotas simbólicas, das inscrições culturais, das frilhas da percepção e dos afetos, pode iluminar outras zonas de sombra.

ANGELA ARRUDA ■

² PAIVA, V. (Org.). *Em Tempos de AIDS: viva a vida*. São Paulo: Summus, 1992.

³ PÁEZ, D. et al. *SIDA, Imagen y Prevención*. Madrid: Fundamentos, 1991.

Quando o invento revela o inventor

Mulheres Inventadas.

CUNHA, Helena Parente.

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

Desde os primórdios da palavra escrita, o tema mulher vem sendo privilegiado pelo escritor homem - filósofo, artista, cientista. Musas femininas, elas não deram conta, por muito tempo, do próprio discurso em seu curso de vida.

O ato da escrita feminina - transgressor e transcendente - só aos poucos viabilizou-se, por determinantes vários, através dos séculos, no rastro das pioneiras, proscritas e malditas. Entre anonimatos, pseudônimos e lutas internas e externas, temos, às portas do terceiro milênio, o que poderíamos chamar de uma já considerável produção feminina sobre a mulher.

Os ensaios reunidos neste livro de Helena Parente Cunha trazem a marca de uma mulher concreta - pertencente a seu tempo e contexto, detendo a sua história pessoal e profissional - sobre a leitura das mulheres habitantes de textos masculinos. Ou seja, trazem o olhar exploratório da mulher cientista contemporânea sobre o saber literário de homens de épocas distintas e culturas diversas, de Petrarca a Vinícius de Moraes. Olhar que pretende uma visão abrangente para a qual se vale das lentes teórico-metodológicas de longo alcance da Literatura e da Psicanálise. Com elas percorre versões e reflexões do mundo, fragmentos pré-socráticos, tradições filosófico-religiosas orientais, mitos, desembocando na Psicanálise como visão de mundo (*Weltanschauung*).

Arriscaríamos dizer que a ensaísta seguiu a idéia apresentada por Freud, quando, ao final de sua obra, em 1932, discorrendo sobre a feminilidade, sugeriu, com prudência sábia: "Se desejarem saber mais a respeito da feminilidade, indaguem das suas próprias experiências de vida, ou consultem os poetas, ou aguardem até que a ciência possa dar-lhes uma informação mais profunda e mais coerente".

Seguindo esta pista, em sua leitura psicanalítica, a autora percorreu a literatura e, instigantemente, os labirintos da poesia, esta forma privilegiada de perscrutar a unidade invisível dos contrários e procurar a harmonia oculta dos fenômenos. Ou, conforme suas próprias palavras: "A ficção literária nos dá dimensões da realidade. Onde estaria a realidade das criações femininas em textos escritos por homens? Por

certo estas criações obscurecem o verdadeiro ser da mulher, mas deixam ver ângulos profundos do nosso mundo interior e dos processos psíquicos que comandam a peripécia de nossa condição de criaturas desejanças, à procura do objeto que sacie nossa fome".

Como testemunho do inconsciente individual, a ficção literária em geral, e em particular a arte poética, deixa passar por suas frestas rimadas o lógico do raciocínio, o domínio precário do dominador, a fraqueza do poderoso, o descontrolo do controlador. E a autora reconhece e alinha, sem enfatizar o leitor com uma linguagem hermética e inatingível, mantendo sua postura técnico-científica, conflitos e fantasias dos vários textos, elaborados em diferentes contextos, sob diversos pretextos.

As "mulheres inventadas" caracterizam, com efeito, a realidade psíquica dos seus respectivos homens inventores. O poeta mostra a tênue linha racional/emocional, através do canto masculino sobre o encanto feminino. O conflito de succumbir à paixão incontrolável instigado pela mulher feiticeira, seu complemento - o outro posto, disposto e oposto. O poeta fala do medo e do desejo de se fragilizar, fundir-se e se perder irremediavelmente na "mãe-mulher-natureza", por parte do homem que controla a morte, funda a cultura, edifica e constrói, luta e destrói, dita leis, transforma o caos em cosmos, busca a ciência e faz literatura. Fala da precariedade da construção civilizatória em face do amor-paixão, promotor de vida, antidoto contra a dor e a finitude, poção mágica para o gozo e a plenitude. Fala, enfim, do eterno (porquanto invariante cultural) encanto-encontro-desencontro homem/mulher.

Se "essas mulheres inventadas pertencem à verdade soberana de nossa vida psíquica", cabe lembrar que, desde Platão, a verdade não está com o homem, mas entre os homens.

Assim sendo, recorrendo a elementos de interpretação e análise que permitem as diversas concepções psicanalíticas e na qualidade de pesquisadora na área de Teoria da Literatura, a ensaísta reinventa cada autor através de trechos de seu discurso. O recorte interpretativo traduz-se num atraente convite ao leitor para um passeio original na intimidade e subjetividade humanas.

Ao percorrer a primeira parte do livro, destacamos alguns *flashes* de simbolismos que deixam impressões marcantes, pelo reverso do verso. A "santa" Intocável, "deusa" adorável

revela o "vil" homem adorador de imagem, com ego-ideal santificado, Alphonsus Guimarães. A "menina" instiga o adulto Afonso Henriques a brincar, a rimar com a água, a terra, o ar, o fogo. A "amiga" mostra a força-fraqueza do amante Angelo Monteiro, em seu desejo nirvânico de regresso ao útero materno. A "mãe-natura" resgata o sabor do clássico saber da poesia de Camões. A "adormecida" desperta o romântico Castro Alves para um novo-velho sonho impossível de ruptura e manutenção do amor virginal.

Já na segunda parte do livro, com os "desdobramentos da verdade das mulheres inventadas" captamos, com a autora, que os cantos dirigem-se para além da "busca da unidade perdida", idealizada e tipificada no amor cortês, permanecendo o "desejo de completude", que atravessa a produção literária de todos os épocas e de todos os lugares.

Na trilha de Petrarca, a ensaísta nos encaminha para uma reflexão sobre os processos inconscientes subjacentes à mulher divinizada, eterno objeto de desejo. Laura, esta personagem antiga-atual, retrata a distância entre fantasia e realidade, a revelar que o paraíso feminino, onde "amor, graça e doçura se encontram", não é deste mundo... Até porque o objeto - todas as Lauras tantas vezes repetidas em outras canções e corações - objetiva-se ao sujeito e pode representar uma ameaça, a ser destruída pela ação ou imaginação, ou a ser anulada, ou melhor diríamos, diluída, pela sublimação. Sublimação esta que, desde o *Canzoniere* do poeta medieval, mantém a mesma fonte.

Ao discorrer sobre nosso cancionário popular, o livro mostra sua densidade maior. Helena Parente Cunha foi muito feliz na seleção destes "inventos" masculinos - nega Fulô, Amélia, Gabriela, sem contar com as musas de Caetano Veloso e Vinícius de Moraes - e sobre eles soube tecer sutis considerações

Ela nos remete a apreciações diversas sobre conflitos entre desejo e interdição, prazer e realidade, emergentes das figuras femininas fundadas por esses poetas e que povoam nosso imaginário social. Ora mulheres sedutoras, cruéis, marginais, fatais, exigentes, devoradoras; ora fiéis, beatificadas, dádivas, maternas, compreensivas, solidárias, mas sempre inesgotáveis, mulheres demais.

Eva e Maria, enfim, são capazes de empurrar o homem para um contato maior e mais significativo consigo próprio, de desnudar o rei-poeta em seu sentimento de falta, de despreparo, de incerteza, de ambivalência, de perda, de de-

samparo. Ainda que ele tente recuperar a abalada confiança narcísica, colocando a amada em local inatingível, congelando-a em prosa e em versos, com os quais se identificam os leitores. Mesmo que, para não sucumbir ao "canto da sereia", ele produza o seu peculiar canto sobre as sereias. Ou, conforme o espirituosa observação de Mme. de Ségur: "Os homens **dizem** das mulheres o que querem, e as mulheres **fazem** dos homens o que querem".

No último capítulo, é feita uma estimulante abordagem jungiana do poema "A Outra", de Fernando Pessoa. A cena poética ensina o "drama arquetípico sem *happy end*", onde o homem-poeta empreende a procura de sua feminilidade escondida, a *anima*, uma das personificações do inconsciente. Afinal, a ambivalência bem/mal, um/outra vai desembocar no vasto oceano do inconsciente individual e coletivo. Ou, na equação metafórica com que nos brinda Helena Parente Cunha: "O homem e a mulher dentro da paisagem flutuante. Ele + ela = nós. Ela + ele = todos".

Cabe, ainda, assinalar que a leitura desta coleção de ensaios nos fez lembrar que foi a fala de uma mulher que orientou Freud a fundar uma nova ciência, a *Psicanálise*, via de acesso ao inconsciente humano

E, como o saber psicanalítico só adquire consistência através da experiência que se efetua, o discurso da mulher se impôs como fundamento desse processo de conhecimento. Foi, pois, sobre o tema feminino - *Weiblichkeit* - que o mestre vienense discutiu em quase toda sua obra, confessando-se, ao final dela, ainda insuficiente e duvidoso, deixando para seguidores e dissidentes um contínuo debate.

Debate este que o livro *Mulheres Inventadas* retoma com sensibilidade e discernimento, através do exame atento da palavra masculina sobre o feminino. Nele se evocam o poder do afeto e a força da relação entre os sexos, que extrapolam limites temporais e culturais, posto que obedecem, para além de inúmeras injunções externas, a pressões de ordem interna. Ou seja, a eterna demanda homem-mulher, complementar de um ser humano total inexistente e sempre almejado.

TERESA NEGREIROS ■

A educação das mulheres da elite paulista

Elos de uma Corrente Seguidos de Novos Elos.

RODRIGO OCTÁVIO, Laura Oliveira.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, 313 p.

Elos de uma Corrente Seguidos de Novos Elos é um livro de memórias cuja primeira edição foi publicada em 1974, quando Laura Rodrigo Octávio completava 80 anos de idade. A segunda edição, aumentada de "novos elos", foi editada em 1994, ano em que a autora comemorou cem anos de vida.

Filha do segundo casamento de Amélia Sabino (ex-Pederneiras) com Numa de Oliveira, acompanhou nos anos de infância e de juventude a consolidação da fortuna da família. O pai, sete anos mais velho que a mãe, foi professor no Rio de Janeiro, tornando-se anos mais tarde um dos organizadores do serviço de taquigrafia do Congresso em São Paulo, fazendeiro de café na região de Araraquara e presidente do Banco de Comércio e Indústria de São Paulo.

Pôde, assim, usufruir de uma vida de moça rica. Recebeu uma educação diferenciada, viajou muito, frequentou teatros, cinemas, salões, clubes, relacionando-se com algumas das mais importantes famílias de elite de São Paulo e do Rio de Janeiro. Casou-se, aos 21 anos, com um primo, o jurista Rodrigo Octávio.

Até o casamento, dona Laura morou em São Paulo, acompanhando o processo de urbanização da cidade, intensamente incrementado, nesse início de século XX, pela diversificação econômica proporcionada pelos lucros com o café. Em 1917, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde teve os filhos, foi presidente da Pro Matre e vive até hoje.

Escritas na primeira pessoa, em partes, aos poucos e no decorrer de muitos anos (entre 1961 e 1993), as lembranças dizem respeito sobretudo aos anos de juventude e à cidade de São Paulo. Afloram ora numa ordem quase cronológica, linear, outras vezes tópica, quando então um assunto puxa o outro - as famílias Sabino, Pederneiras, Rodrigo Octávio, a moradia e o espaço da casa, as relações familiares e sociais, as professoras, a escola, o namoro, o noivado e o casamento, a moda, as festas, o carnaval, as viagens, o *football*, a vida cultural em São Paulo,

o Triângulo e suas lojas, a abertura de novos bairros, os Jardins, a Avenida Paulista...

Foram concebidas inicialmente como uma espécie de inventário privado sobre a família - aquilo que deveria ser lembrado pelos pósteros - para ser lido "tão-somente" pelos filhos, netos e bisnetos. Posteriormente, a *pedidos*, foram ampliadas e publicadas. Desculpa-se a autora: "Se caí na armadilha da ' vaidade', pelo menos encontrarão nelas a imagem da vida de uma jovem no início do século XX".

O livro possui portanto um duplo interesse, tanto pelas informações nele contidas como pelo fato de o registro ter sido escrito por uma mulher. Vale ressaltar que, se comparados com os dos homens, poucos são os testemunhos escritos por mulheres brasileiras e mais raros ainda aqueles publicados, o que torna estes *Elos* uma fonte importante para os estudos sobre a vida privada, as relações de gênero, a história da educação e da urbanização de São Paulo, na virada do século.

Dentre as lembranças relatadas, talvez aquelas que mais tenham nos chamado a atenção, pelas reflexões que suscitam, sejam as referentes ao significado, à importância e à qualidade da educação dada às mulheres de elite

Conta a autora que, quando menina, ao invés de ir para uma escola particular e religiosa, atravessava a cidade de São Paulo, de bonde, para estudar numa escola pública considerada de excelente qualidade, a Escola Modelo Maria José, no Bairro do Bixiga, cuja diretora era amiga de sua mãe e onde Marieta, sua meia-irmã, era professora. Mais tarde, em 1907, seguindo ainda a orientação materna, que dizia que o diploma "é uma riqueza que ninguém tira", formou-se professora pela Escola Complementar Caetano de Campos.

As aulas de inglês e francês em casa eram sempre levadas a sério e ministradas por professoras competentes. As aulas de inglês aconteciam três vezes por semana, às sete horas da manhã e a professora de francês ensinava "verbos de trás para diante, de diante para trás, frases com tempos difíceis", as fábulas, o compêndio de literatura francesa de René Doumic, fornecendo assim um sólido conhecimento da língua, que possibilitou a dona Laura ler autores franceses no original.

Verificando-se os nomes de alguns dos professores e professoras de piano e o de escultura contratados para dar aulas à família, consta-

ta-se que eram os melhores de São Paulo e que algumas das alunas tornaram-se profissionais reconhecidas. Paulo Tagliaferró e Antonieta Rudge ensinaram piano para Marieta e Laura, respectivamente; Amélia Oliveira teve o mesmo professor de escultura que Tarsila.

Será que por detrás desta educação, inclusive das prendas domésticas e das artes ditas de salão - aparentemente superficiais, entendidas por alguns autores como tendo a finalidade, apenas, de tornar as moças companhia mais agradável e atraente em ocasiões sociais - não haveria o desejo da família, embora nem sempre explícito, de fornecer uma profissão para as mulheres? O número de parentas e conhecidas rememoradas que enfrentaram os revezes da vida - perda de fortuna, infância, viuvez, separação - e sustentaram filhos, pais e irmãos como professoras primárias, donas de escola, costureiras e doceiras é significativo.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que, a exemplo de outros memorialistas, dona Laura não deixa de acertar algumas contas, de fazer algum *gossip*. Estes comentários, aparentemente ingênuos, acabam por fornecer um rico material para análise da sociedade brasileira do período.

Contrariando o senso comum de alguns jornalistas que afirmam que a Avenida Paulista

era um reduto da elite cafeeira, afirma: "conheci a Avenida quase despovoada... daí me dar muita aflição vê-la em várias crônicas atuais com o título de 'Avenida dos Barões de Café'". Para provar o seu ponto de vista, faz uma relação das famílias estrangeiras que lá construíram suas casas... Noutro trecho: "Em frente, morava o seu Noné; sabem quem é? O Oswald de Andrade... Era um menino como nós, e não sei porque o chamavam assim. A mãe dele era imensamente gorda e contam que um dia entrou na banheira para tomar banho e ficou presa, sem poder sair; foi preciso arrombar a porta e puxá-la com veemência". Sobre Mário de Andrade: "rapazinho feloso e acaipirado... Naquele tempo o chamávamos de macacão"; e sobre Ana de Assis, mulher de Euclides da Cunha: "gorda, parecendo pouco faceira, filhos endemoniados. Quando, mais velha, soube da tragédia que os envolveu, fiquei pasma: pois então aquela senhora tão sem graça fôra o *pivot* de um crime passional?".

MARIA LUCIA DE BARROS MOTT ■

MARIA LUÍSA ALBIERO VAZ ■

Negras e brancas em dados

Rio de Janeiro Plural - um guia para políticas sociais por gênero e raça.

AGUIAR, Neuma.

Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Iuperj, 1994.

O livro *Rio de Janeiro Plural - um guia para políticas sociais por gênero e raça* da socióloga Neuma Aguiar divulga um conjunto significativo de informações sobre a situação sócio-econômica das mulheres fluminenses, num corte pioneiro com a questão racial.

A literatura mundial ao longo destes últimos 25 anos sobre o tema Mulher foi fruto da rebelião jovem que nos anos 60 sacudiu o mundo e tirou da letargia o movimento de mulheres na Europa e nos Estados Unidos. As reivindicações pelo reconhecimento de que somos diferentes mas iguais atingiram como ondas sucessivas todos os recantos do planeta. O Brasil vivia naquele período seus anos de chumbo e só no

bojo do Ano Internacional da Mulher promovido pela ONU em 1975 foi possível às mulheres brasileiras refazerem suas organizações e colocar suas demandas sociais no cenário político nacional. A emergência do movimento feminista foi assim um importante marco para a existência de estudos sobre o papel da mulher na sociedade. Em 1978 Neuma Aguiar, numa iniciativa pioneira, coordenou no Iuperj um seminário sobre A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, que reuniu pesquisadores (as) de todo o continente em um debate teórico e metodológico sobre o trabalho feminino e seu papel na libertação feminina. Os anos 1980 trouxeram como novidade a organização do movimento negro no Brasil, como um pujante movimento social. Desta forma, tem havido na academia um esforço na busca de traduzir as reivindicações feministas e dos negros pela construção de uma cidadania plena e de iguais. Esta preocupação tem norteado estudos e pesquisas, nos quais as informações são agregadas como suporte teórico das demandas sociais destes grupos na

tentativa de transformar suas realidades. *Rio de Janeiro Plural*, além de ser um livro fruto de um trabalho de uma veterana no trato destas questões, pretende ser um roteiro para possíveis ou futuras políticas públicas do estado fluminense. Um reparo a ser feito é que a origem dos Conselhos de Direitos da Mulher não foi uma recomendação da Segunda Conferência Mundial de Mulheres (Nações Unidas, 1985), mas fruto da ação organizada do movimento de mulheres brasileiras, e surgiram a partir de 1983 em vários estados e cidades brasileiras (p. 12/13).

Rio de Janeiro Plural deve ser entendido como um retrato em negro e branco do papel da mulher na sociedade fluminense. São fotografias instantâneas de vários aspectos da condição feminina, mas imóveis no tempo. A principal base de dados refere-se ao ano de 1988 e mesmo quando se recorre a outros anos permanece sempre a análise para este determinado ano. Assim não é possível fazer comparações, traçar trajetórias, desvendar o dinamismo/atraso da situação da condição feminina e racial no Estado. Não se sabe de onde se veio, nem para onde se vai.

O livro divide-se em cinco capítulos. Trabalho, Educação, Saúde, Violência e Participação Política das Mulheres no estado do Rio de Janeiro. Os aspectos raciais são mais um contraponto utilizado pela autora para a análise das questões de gênero, que é o cerne do tema do livro. Os capítulos formam um painel interessante, embora impreciso, onde se misturam dados preciosos com o discurso político do movimento social. Isto não é mau em si, mas fica difícil distinguir os argumentos técnicos dos ideológicos. Tem-se fotos, mas o contexto dos quadros não é apresentado, o cenário sócio-econômico do Rio de Janeiro não foi esboçado e não se sabe em que realidade aqueles seres se movem.

O primeiro capítulo trata da questão do trabalho das mulheres no Rio de Janeiro e foi escrito em parceria com Nelson do Valle Silva, Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira e Moema de Poli Teixeira, que também são responsáveis, junto com a autora, pelo segundo capítulo, sobre a questão da educação. O tema Trabalho Feminino tem sido um dos aspectos mais estudados sobre a mulher nos centros universitários e este texto apresenta-se inovador no tema, porque desagrega as informações de gênero e raça num corte regional. De forma sintética, todos os aspectos do mercado de trabalho são tratados no texto e isto é seu maior mérito, mas também seu calcanhar de Aquiles. Como são feitas poucas comparações com dados anteri-

ores, deixa-se de assinalar algumas mudanças importantes ocorridas com a mão-de-obra feminina. A maciça incorporação de mulheres no mercado de trabalho entre as décadas de 70 e 90 acaba não sendo suficientemente enfatizada no texto, com todas as conseqüências decorrentes. Um bom exemplo deste fato é dado pelo gráfico 1 (p. 21), que traça as taxas de atividade de homens e mulheres por idade. Houve uma mudança significativa na curva feminina, que antes tinha o formato da letra eme (isto era válido tanto para os Estados Unidos como para o Brasil) e agora em 1988 tem um formato semelhante à curva relativa ao trabalho masculino. O caráter segregacionista do mercado de trabalho permanece, pois comparando os dados dos Censos de 1950 e 1980 analisados por Marina Figueira de Melo¹ observa-se uma distribuição ocupacional para o País e para o Estado do Rio de Janeiro muito semelhantes. Vê-se que a segregação ocupacional das mulheres tem raízes históricas e culturais; estas ainda estão segregadas a umas poucas ocupações, empregadas domésticas, ocupações de escritório, professoras, costureiras, vendedoras, enfermeiras. O trabalho citado apresenta a estrutura ocupacional nacional em 1950 e 1980 e estas ocupações detinham 72,3% e 68,8% da PEA feminina, respectivamente. Para o Rio de Janeiro, em 1988 (Gráfico 30, p. 48), estas mesmas ocupações são responsáveis por 64% do emprego feminino no Estado. A mudança parece significativa, mas não podemos afirmar que os dados do Rio de Janeiro são representativos para o Brasil. Estes aspectos não podiam deixar de ser mencionados numa análise do trabalho feminino, porque eles contextualizam o caráter segregacionista do mercado de trabalho, mediante a atribuição de um caráter masculino ou feminino aos postos de trabalho. O processo de desenvolvimento acontecido no Brasil não modificou esta realidade.

O capítulo 2 trata da questão educacional, vista como um dos principais caminhos para a melhoria das condições de vida da população. O analfabetismo tem diminuído no Estado, mas as mulheres apresentam uma taxa ligeiramente superior à dos homens (p. 68); geralmente vivendo mais, a participação feminina é aumentada no contingente dos analfabetos por uma presença mais significativa de mulheres mais velhas na estrutura populacional. Nota-se que para as mulheres e negros o acesso à educação

¹ MELLO, Marina Figueira de. A Discriminação Informal da Mão-de-Obra Feminina. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, vol. 7, fevereiro de 1985.

é vivenciado de forma diferente. Os negros entram mais tarde na escola e saem mais cedo e as mulheres ingressam mais cedo e permanecem mais tempo. Isto acaba também acontecendo para os homens brancos a pressão para que os homens tenham uma atividade remunerada levados a ingressarem no mercado de trabalho mais cedo. A escolaridade feminina supera ou é igual à masculina, embora os brancos tenham mais escolaridade que os negros (Gráfico 42, p. 72). Embora o nível educacional das mulheres tenha aumentado, esta maior escolaridade não se tem traduzido em maiores salários. A análise dos diferenciais de salários documenta a discriminação de gênero e raça no trabalho e na vida como aponta o senso comum

O capítulo 3 é dedicado à questão da saúde; utiliza, além das estatísticas da PNAD/1988, a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (INAM, 1990) para o estado do Rio de Janeiro. São informações preciosas sobre a forma como esta questão é vivenciada pelas mulheres e constituem um painel abrangente sobre o tema. Os dados incluem desde a busca de atendimento médico até os sintomas apresentados pela população (masculina e feminina). O item fecundidade, mortalidade e esperança de vida demonstra a queda da fecundidade das mulheres do Rio de Janeiro (4,4 em 1940 para 2,5 em 1985). Mas, como não foi feita nenhuma comparação com o Brasil ou outros estados, não se pode extrair o verdadeiro significado dessa queda. Este problema é recorrente para o caso da mortalidade; as mulheres vivem mais que os homens e a mortalidade infantil foi reduzida, mas esta é uma fotografia isolada do problema. O item contracepção mostra quais os métodos contraceptivos preferidos pelas mulheres do Rio de Janeiro, uma combinação de pílulas e esterilização, e conclui afirmando que as mulheres brancas se servem mais da esterilização que as negras (Gráficos 83 e 84). "No Rio de Janeiro, em particular, são as mulheres brancas, com nível educacional mais alto, e com melhor nível de renda, as que têm maior recurso à contracepção em geral, e à esterilização, em particular. O pequeno acesso aos serviços médicos e à contracepção por parte de mulheres mais pobres constitui um efeito das desigualdades sociais verificado no país e resulta em uma desigualdade de oportunidade". Isto se contrapõe ao discurso do movimento de mulheres negras que denuncia o genocídio da raça negra pelo aumento da esterilização das mulheres negras. Como ficamos? A prática da interrupção da gravidez também foi analisada no texto, mas a partir dos dados não se pode concluir que haja

uma variação significativa nesta questão com relação a raça, nem abrangência quanto ao fenômeno.

No capítulo 4 o tema abordado é o da violência contra as mulheres. O texto focaliza o tema a partir das "relações de gênero na medida em que a força física é usada no contexto familiar, na interação conjugal. O uso da violência também tem a ver com as relações gênero quando restringe o acesso de mulheres ao espaço público". Os dados analisados referem-se aos conflitos judiciais, tipos de agressão, queixas e status sócio-econômico, características do agressor, local da agressão, escolaridade das vítimas, padrões de agressão e de roubo e furto. Estas informações são tabuladas para homens e mulheres e distribuídas por raça. Infelizmente uma análise mais detalhada das delegacias especiais de atendimento às mulheres não foi feita no texto.

O capítulo 5 trata do associativismo e da participação política das mulheres no Rio de Janeiro e inicia afirmando que as mulheres participam pouco de organizações complexas, envolvidas com o trabalho doméstico, ou são excluídas pela dupla jornada. Corroborando a afirmação, dados sobre participação em associações de classe, sindicatos, partidos políticos e associações de bairro mostram a baixa participação feminina, mas diferenciada para as associações de bairro. Estas são organizações que têm o predomínio das mulheres negras e têm sido um espaço de aprendizagem política para as mulheres, sobretudo nos bairros populares e nas favelas. É bem verdade que, com exceção dos sindicatos, a participação de homens e mulheres na vida associativa é baixa para todos. O texto informa também sobre o número de eleitores, quais as fontes de consulta para decidir o voto, o acesso aos meios de comunicação, a distribuição entre homens e mulheres na disputa pelos cargos eletivos nas eleições de 1982 e 1990.

Rio de Janeiro Plural pretende ser um vasto painel sobre a vida das mulheres fluminenses; reuniu informações valiosas, contou com a colaboração de excelentes pesquisadores, mas ficou faltando um maior esforço analítico dos resultados encontrados que permitisse colocá-los em perspectiva e atingir seu objetivo de servir de guia para futuras políticas sociais. Representa ainda assim uma contribuição na literatura de gênero e raça no Brasil e deverá ser muito útil como fonte de dados para os futuros embates dos movimentos negro e de mulheres no Rio de Janeiro.

HILDETE PEREIRA DE MELO ■

Um mistério quase indecifrável

Retratos de Família: leitura da fotografia histórica.

LEITE, Miriam Moreira.

São Paulo: EDUSP, 1993.

Resultado de uma trajetória de 10 anos de pesquisas sem ponto final, reunindo artigos, em sua maioria publicados anteriormente, o livro de Miriam Moreira Leite aponta um caminho a ser explorado repleto de interrogações e de questões a decifrar.

Indica um método de olhar e pensar a realidade social através da imagem, para quem se dispõe a ver, naquilo que é tão familiar - a fotografia - o que não é revelado de imediato. A fotografia é pensada enquanto possibilidade de uma outra dimensão de análise, onde o que conta são os movimentos que se escondem por trás de sua imagem estática, seu conteúdo manifesto e latente, o dito e o não-dito, a polissemia da imagem. A fotografia não se reduz, segundo a autora, a um recurso secundário, mera ilustração ou demonstração da análise verbal, complementar ao texto, mas constitui um **texto em si**.

O trabalho de Miriam M. Leite inclui-se numa "tendência historiográfica de revisão das fontes documentais" (p. 81), analisando as contribuições da imagem como documentação histórica. A família é o tema através do qual estuda a fotografia como instrumento e objeto de pesquisa. Não pretende explicar a família através da fotografia, mas explorar o que a fotografia, com seus limites e potencialidades, pode nos dizer sobre a família. Assim, os "retratos representam exclusivamente o processo integrador do grupo familiar, deixando de revelar o processo conflituoso que intercala ou cerca essa integração" (p. 105). Busca-se o que a foto revela e o que esconde. Perseguem-se os liames e as associações que podem ser desencadeadas pelo fio puxado pelo retrato.

O eixo da reflexão gira em torno de uma coleção de retratos de famílias de imigrantes, de diferentes origens e religiões, que vieram para São Paulo entre 1890 e 1930. As palavras, através de entrevistas e depoimentos dos retratados ou de seus descendentes, complementam o que as imagens dizem, sem, no entanto, subordinar a imagem à palavra.

Como qualquer fonte de documentação histórica, a fotografia tem feições incompletas. A autora, sem ilusões quanto aos limites da fotografia, deixa-se levar e encantar por suas potencialidades. Introduce o leitor no universo do que a imagem diz e do que se pode ouvir se a ela estivermos atentos. Isto requer, no entanto, um método de pesquisa, que é do que trata o livro.

O problema da imagem como objeto de reflexão é cercado por vários lados, através de uma revisão de suas abordagens pelas ciências humanas, particularmente da especificidade da fotografia em termos de sua produção e recepção.

A autora critica o "realismo fotográfico" que, ao negar e omitir as mediações, padece da ilusão de que a fotografia dá acesso direto à realidade. A leitura da fotografia requer um olhar seletivo, impossível que é de ser feita por um processo unilinear. Exige que se caminhe em quatro direções. "do observador para a imagem, da imagem para o observador, de uma imagem para outra e dos retratados para o observador" (p. 155).

Discute-se o **que** é fotografado, **como** se fotografa e o que se **apreende** da fotografia. Enfrentam-se controvérsias: as imagens comunicam-se por si só? Ou aguardam um leitor que as decifre? Necessitam da palavra para se exprimir?

A imagem é uma forma de comunicação, a princípio, muda, mas que, segundo sua análise, não dispensa as palavras. Na tentativa de compreensão do que a imagem revela, a expressão verbal não deixa de ser necessária. É importante conjugar a imagem com o contexto de sua produção, sendo necessário algum conhecimento prévio da "realidade que a imagem representa, simboliza ou indica para não se ficar desorientado com seus elementos constitutivos" (p. 158).

A leitura da mensagem visual envolve, então, uma compreensão global e uma análise dos detalhes. O texto fotográfico isolado é "um mistério quase indecifrável" (p. 179). A autora fala da quase impossibilidade da leitura da imagem por quem desconhece pessoas, locais ou temas tratados. É um recurso que requer outros recursos. Necessita interpretação, porque interessa na fotografia não apenas o que se mostra, mas o que se vê.

Para ler a imagem fotográfica, é preciso compreender as mediações entre a fotografia e o olhar: "não olhamos apenas para uma foto, sempre olhamos para a relação entre nós e ela" (p. 145). É necessário ter em conta a complexidade da imagem, que envolve as operações da mente humana e a realidade exterior. O que se mostra não é igual ao que se vê **Ver** é uma aprendizagem.

A analogia entre foto e memória está presente o tempo todo. Como na memória, as fotografias envolvem seqüências e associações. A autora não cristaliza o sentido da imagem fotográfica. Os retratos de família, tão associados à tradição, à idéia de passado (amarela-

dos...), transformam-se, sob seu olhar, numa fusão do passado com o futuro: memória e projeto. "Uma busca no que foi, do que será" (p. 86).

O livro de Miriam Moreira Leite, decodificando a imagem fotográfica, ensina uma maneira de olhar e ver. É leitura imprescindível não apenas para quem usa a fotografia como fonte de pesquisa, mas para quem quer compreender o que dizem, além do imediatamente dado, os retratos emoldurados e amplamente exibidos nos móveis e estantes da casa ou aqueles esquecidos em algum canto recôndito, mas presentes na profundidade dos afetos

CYNTHIA ANDERSEN SARTI ■

Sexualidade democratizada

Guia de Orientação Sexual: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau.

Tradução e adaptação do grupo de pesquisa em Orientação Sexual da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

"Na verdade, cabe aos guias, sugerindo posições críticas e instigando a curiosidade dos leitores, desafiá-los a que corram risco. Sem o que não há criatividade. É exatamente isso o que se espera deste *Guia de Orientação Sexual*. Algo mais que isso ele fará, na medida mesma em que o trabalho sério de seus autores e autoras fez dele um texto aberto e não fechado. Um texto crítico e não ingênuo, um texto cheio de proeza e vazio, seco, absolutamente 'esturricado' de puritanismo."

Paulo Freire, São Paulo, janeiro de 1994

- 86% das pessoas são favoráveis à orientação sexual nas escolas;

- 32 % dos pais conversam sobre sexo com os filhos;

- 50% dos pais nunca falaram sobre sexo com seus filhos.

Pesquisa do Instituto Datafolha realizada em dez capitais brasileiras, divulgada em 27/06/93

A sexualidade é construída, basicamente, a partir das primeiras experiências afetivas do bebê com a mãe e com o pai ou com quem cuida dele. Seguem-se as relações com família, amigos e as influências do meio cultural. A capacidade da mãe tocar o filho, aconchegá-lo, acolhê-lo psicologicamente, será a base para o desenvolvimento da resposta erótica e da capacidade de construir vínculos amorosos e do desejo de aprender.

Apesar de os trabalhos desenvolvidos por Freud, ainda no início do século, constatarem a existência da sexualidade infantil, da curiosidade natural das crianças a respeito de sua origem e das dificuldades decorrentes quando elas não conseguem responder a essas questões, alguns preconceitos e tabus têm impedido os pais de conversarem com seus filhos e as escolas de *informarem as crianças*.

Sendo a sexualidade algo que se constrói e aprende, parte integrante do desenvolvimento da personalidade, capaz de interferir da alfabetização ao desempenho escolar, a escola não pode ignorar essa formação do ser humano e tem que investir na formação de professores para dar conta da tarefa.

A orientação sexual deve começar quando a criança entra na escola e se desenvolver ao longo de toda a seriação escolar. Na pré-escola e nas três primeiras séries do primeiro grau, não se estrutura com horários específicos, nem se constitui em uma matéria. Ela atende à demanda natural da criança e depende da capacidade de o professor perceber as manifestações da sexualidade infantil, para poder lidar adequadamente com elas

A orientação sexual se propõe a fornecer informações sobre sexualidade e a organizar um espaço de reflexões e questionamentos sobre postura, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. A orientação sexual abrange o desenvolvimento sexual compreendido como saúde reprodutiva, relações interpessoais, afetivas, imagem corporal, auto-estima e relações de gênero. Enfoca as dimensões fisiológicas, sociológicas, psicológicas e espirituais da sexualidade através do desenvolvimento das áreas cognitiva, afetiva e comportamental, incluindo as habilidades para a comunicação eficaz e a tomada responsável de decisões.

Os pais devem ser informados sobre os pressupostos e objetivos do trabalho de orientação sexual, o que pode ser realizado através de reuniões, entrevistas ou comunicações por escrito. A compreensão dos pais sobre a importância do trabalho com sexualidade infantil e adolescente fortalece o trabalho de orientação sexual e pode abrir novas perspectivas de diálogo na própria família.

Com o intuito de fazer frente às dificuldades e resistências citadas, parece-nos pertinente e atual a publicação deste *Guia de Orientação Sexual*, para o qual está atribuída dupla função. Por um lado, a função pedagógica, norteadora para educadores e todos aqueles que, direta ou indiretamente, trabalham com crianças e adolescentes. Por outro, a função política de somar esforços para ampliar a discussão e o espaço em defesa do direito de toda criança e adolescente a receber orientação sexual, visando melhorar a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos.

Este trabalho está concebido dentro de um processo educativo ético. A educação ética só pode ser exercida se educador e educando pensam e escolhem livremente, como sujeitos da própria ação. Portanto, o *Guia* não pretende induzir comportamentos, mas ampliar a capacidade de reflexão, avaliação e compreensão, possibilitando um posicionamento próprio em relação ao exercício da sexualidade.

As diretrizes deste *Guia* estão divididas em quatro níveis de desenvolvimentos, da pré-escola à terceira série do 2º grau. Estão organizadas em seis **conceitos fundamentais** integrados por **tópicos**, **subconceitos** e **mensagens** a serem desenvolvidas, de acordo com a idade do aluno.

Os **conceitos fundamentais** têm as seguintes denominações. Desenvolvimento Humano, Relacionamentos, Comunicação, Comportamento Sexual, Saúde Sexual e Sociedade e Cultura.

As **mensagens** a serem desenvolvidas com as diferentes faixas etárias têm sentido somente dentro do contexto geral das diretrizes. Quando um trabalho de orientação sexual é iniciado em um nível mais adiantado, os professores deverão incorporar as mensagens dos níveis anteriores. Existe um encadeamento e uma complementação entre as mensagens, que perdem sua abrangência quando utilizadas isoladamente.

Os níveis refletem quatro estágios de desenvolvimento. nível 1: infância, de 5 a 8 anos de idade; nível 2. puberdade, de 9 a 12 anos de idade; nível 3: adolescência inicial, de 12 a 15 anos de idade; nível 4: adolescência, de 15 a 18 anos de idade.

Destacamos no *Guia de Orientação Sexual* sua disposição técnica, que amplia a discussão sobre sexualidade de forma democrática, ao garantir adaptações conforme a realidade de cada sujeito receptor de sua mensagem. Ou seja, o programa está, basicamente, montado para atender um maior grau possível de reflexões sobre a sexualidade. A título de exemplo podemos citar uma das mensagens: "A atração sexual não deveria determinar a classificação das pessoas em diferentes categorias, pois isso favorece a discriminação e cristaliza o caráter flexível do desejo humano" (p. 30).

Atração sexual & orientação sexual

Nos meios médico, jurídico e da sexologia, o termo orientação sexual é utilizado para denominar a identidade erótica dos cidadãos - hetero, homo ou bissexuais. Neste *Guia*, optamos pela expressão atração sexual para tratar do desejo sexual, no sentido de evitar a categorização dos indivíduos e ampliar a visão da sexualidade.

Os objetivos a serem alcançados no trabalho de orientação sexual pretendem favorecer o bem-estar sexual dos indivíduos. Este *Guia*, através da discussão de conceitos fundamentais, cria condições para que o aluno possa enriquecer-se no desenvolvimento humano, nos relacionamentos, no comportamento sexual, na comunicação, na saúde sexual, na sociedade e cultura.

Uma das tantas virtudes que também merece especial destaque neste *Guia de Orientação Sexual* é a praticidade com que desenvolve, através de tópicos específicos, subconceitos conectados a cada tópico e mensagens a serem desenvolvidas, apropriadas a cada idade.

Os conceitos fundamentais, já destacados, abordam sugestões referentes a. anatomia e fisiologia reprodutiva, reprodução; puberdade;

corpo e auto-estima; atração hetero, homo e bissexual; família; amizade; amor; namoro e relacionamentos eventuais; casamento e união estável; paternidade/maternidade; valores; decisões, comunicação; assertividade; negociação; busca de ajuda; sexualidade ao longo da vida; masturbação; vida sexual compartilhada; desejo e prazer sexual; métodos anticoncepcionais; aborto; doenças sexualmente transmissíveis e infecção por HIV; prática de sexo protegido; abuso sexual; saúde reprodutiva; sexualidade e sociedade, relações de gênero; direito e cidadania; sexualidade, religião, mídia e artes

Trata-se de uma obra com cuidadoso rigor metodológico. Além de pretender expor conceitos referentes a orientação sexual, incita o leitor a aprofundar-se sobre o assunto, tendo como ponto de partida uma extensa e bem selecionada bibliografia.

A sexualidade - um dos tabus da sociedade brasileira - e seus preconceitos são abordados correntemente do início ao fim do *Guia*. Em momento algum torna-se panfletário ou normatizador, apenas ressaltando que "na sociedade existe diversidade de atitudes e comportamentos sexuais; algumas pessoas são discriminadas devido à forma pela qual expressam sua sexualidade" e "Todas as pessoas deveriam receber um tratamento igual e justo".

Não temos dúvida de que este Guia deve nortejar os trabalhos de orientação sexual nas escolas brasileiras. Muito contribuirá para um Brasil do futuro mais digno e realmente democrático, no sentido mais amplo e abrangente deste conceito.

ARNALDO DOMINGUEZ ■
WILTON GARCIA ■

Honra feita de sexo

Honradas e Devotas: mulheres da colônia, condição feminina nos conventos e recolhimentos no Sudeste do Brasil, 1750-1822.

ALGRANTI, Leila Mezan.

Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/EdUnB, 1993.

Depois de iluminar vinte anos do complexo e mal conhecido cotidiano de escravos no meio urbano do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, Leila Mezan Algranti leva-nos a cruzar outro tema inédito na História do Brasil. Em *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia* nos faz olhar por cima dos altos muros que cercavam conventos e recolhimentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII. E aí, o que vemos?

Muito mais do que a simples descrição das formas de religiosidade que pautavam as vidas femininas. Vemos, sim, graças a um texto denso e preciso, como funcionava o fenômeno da reclusão doméstica e institucional na sociedade colonial, quais as condições de vida das mulheres nestes espaços, qual o significado de instituições deste tipo no Brasil colonial. Manuseando com extrema habilidade fontes variadas - registros de entrada na instituição, concessão de dotes pela Santa Casa, correspondência da polícia e do

Conselho Ultramarino, processos de noviciado, inventários e testamentos - Leila foge com grande habilidade de fazer uma história puramente institucional, revelando-nos recolhimentos e conventos que surgem, contrariamente ao desejo da Coroa portuguesa, como fruto da necessidade dos colonos em criar locais seguros para a preservação da honra feminina e que acabavam por tornar-se espaços devocionais e correccionais.

A história destas vidas aparentemente silenciosas começa longe, no início do cristianismo, com as virgens consagradas vivendo em comunidades femininas isoladas. Do surgimento da clausura, entre os séculos XI e XIII, às transformações impostas pelo Concílio de Trento, ao encerramento de "órfãs, mendigas e decãidas", a historiadora nos revela os diferentes momentos da vida claustral pelos olhos de Joana de Portugal, beata, santa e "mulher amorosa" ou de Jacinta de Jesus, membro piedoso das elites cariocas setecentistas. Ambas permitem-lhe apresentar ao leitor as singulares condições sociais em que floresceu a vida religiosa feminina em Portugal, e depois no Brasil, entre os séculos XV e XVIII.

Com enorme competência e graça, a historiadora convida a conhecer a população dos conventos, a partir de processos de mulheres que haviam infringido as normas da época (adúlteras, seduzidas, prostituídas, rebeldes) realiza um estudo sobre o ideal da honra feminina. Quem eram as **honradas**, as

desonradas e as mulheres **sem honra** que passavam suas vidas no claustro? Para responder a tais questões, faz uma análise sobre o gênero, mostrando as especificidades do que era então considerada a **honra feminina** - conotada sexualmente, pois as solteiras associavam-na à defesa da virgindade, e as casadas, à fidelidade conjugal - diferentemente daquela masculina, associada ao heroísmo e à coragem. Ao examinar as populações que viviam em clausura, Leila aproveita para discutir e repensar os estereótipos comumente utilizados pela historiografia sobre a rebeldia ou a submissão da mulher, na sociedade colonial. Seu interesse não é, contudo, o de ficar perseguindo os padrões da historiografia, mas, sim, de recuperar experiências múltiplas, dando-lhes consistência por meio de farta documentação, do recorte cronológico preciso e do recurso da narrativa saborosamente empregado.

Na última parte do trabalho, debruça-se sobre o cotidiano das mulheres, suas regras, formas de sociabilidade, práticas devocionais e etapas de aprendizado e educação. A questão da sociabilidade feminina ganha musculatura, pois a autora lhe investe de importante significado: trata-se de uma significativa expressão da cultura feminina do período. A sociabilidade é também o espelho das possibilidades de convivência, de solidariedade e de práticas sociais, aparentemente incompatíveis com o rigor de um mundo silencioso e fechado sobre si mesmo. Se os momentos da vida comunitária deviam ser regidos por normas estritas e pontuais, a sociabilidade exprimia a capacidade de as mulheres romperem com a rigidez de tais regras, adaptando-as e modelando-as à imagem e semelhança de um universo feminino que as aproximasse do

mundo exterior. Ao recriar laços afetivos e desenvolver uma série de atividades características da cultura feminina - fazer doces ou arranjos de flores, bordar etc. - as mulheres inovavam e recriavam a bagagem que haviam trazido de fora do convento. Houve, todavia, aquelas que romperam definitivamente com o "século", mergulhando no ideal traçado pelos livros de devoção: são as místicas, as visionárias à procura do despojamento das coisas mundanas, em busca de Deus e só d'Ele.

Ao lado desse universo de velas, murmúrios e orações, vicejavam as conversas nas grades, o burburinho dos refeitórios, a azáfama de escravas que em nada lembravam os votos de pobreza, as visitas e os ricos enxovais, nos quais não faltavam ligas, meias e lenços.

Espaço de múltiplas funções para a mulher, conventos e recolhimentos permitiam a ela uma revanche contra a sociedade androcêntrica e patriarcal do Brasil Colônia: aí se fugia de maridos violentos e vingativos, aí se desenhava a possibilidade de exercer uma vida autônoma, distante dos rigores da família e da sociedade, aí se exerciam formas de poder graças aos cargos de chefia, aí recebia-se um mínimo de instrução ou permitia-se florescer uma autêntica vivência espiritual.

Fazendo História, surpreendendo, Informando, emocionando, Leila Mezan Algranti nos brinda com um trabalho que não é apenas mais um livro, é um dos melhores livros escritos sobre História do Brasil Colonial - e da **Mulher** - nos últimos anos.

MARY DEL PRIORE ■